

CONSELHO DIRETOR



Ata da 961^a

Sessão de 11/11/2014

1 961^a Sessão do Conselho Universitário. Ata. Aos onze dias do mês de
2 novembro de dois mil e quatorze, às quatorze horas, reúne-se o Conselho
3 Universitário, na Sala do Conselho Universitário, no Prédio da Administração
4 Central, na Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira”, sob a
5 presidência do Magnífico Reitor, Prof. Dr. Marco Antonio Zago e com o
6 comparecimento dos seguintes Senhores Conselheiros: Vahan Agopyan,
7 Adalberto Américo Fischmann, Adalberto Fazzio, Alexandre Nolasco de
8 Carvalho, Amâncio Jorge Silva Nunes de Oliveira, Amanda Guerra de Moraes
9 Rego Sousa, André Carlos Ponce de Leon Ferreira de Carvalho, André Roberto
10 Martin, Antenor Cerello Júnior, Antonio Carlos Hernandez, Antonio Marcos de
11 Aguirra Massola, Arlindo Philippi Junior, Belmira Amélia de Barros Oliveira
12 Bueno, Belmiro Mendes de Castro Filho, Antonio Waldo Zuardi, Bernadette
13 Dora Gombossy de Melo Franco, Bruno Sperb Rocha, Carlos Alberto Ferreira
14 Martins, Carlos Eduardo Garisto de Nicola, Carlos Gilberto Carlotti Júnior,
15 Carlos Roberto Bueno Júnior, Phillipe Pessoa de Santana, Clodoaldo Grotta
16 Ragazzo, Rafael Ganzerli Auad, Dante Pinheiro Martinelli, Diná de Almeida
17 Lopes Monteiro da Cruz, Douglas Emygdio de Faria, Eduardo Henrique Soares
18 Monteiro, Eduvaldo Paulo Sichieri, Eliezer Martins Diniz, Enrico Lippi Ortolani,
19 Fabiana Marchetti, Fábio Frezatti, Fábio Luiz Teixeira Gonçalves, Fernando
20 Salvador Moreno, Ignacio Maria Poveda Velasco, Frederico Pereira Brandini,
21 Gabriel Luis Scheffer Regensteiner, Gabriela Soldera Ferro, Geraldo Roberto
22 Martins da Costa, Germano Tremiliosi Filho, Gerson Aparecido Yukio
23 Tomanari, Gilberto Fernando Xavier, Rubens Beçak, Guilherme Luis Desiderio,
24 Hugo Ricardo Zschommler Sandim, Ildo Luis Sauer, Jackson Cioni Bittencourt,
25 Jefferson Antonio Galves, João Bosco Nunes Romeiro, João Cyro André, João
26 Guilherme Machado Ribas, Joaquim José de Camargo Engler, José Antonio
27 Visintin, José Eduardo Krieger, José Luiz Borges Andreoli, José Otávio Costa
28 Auler Júnior, José Renato de Campos Araújo, José Roberto Castilho Piqueira,
29 Renato de Mello Jorge Silveira, José Tavares Correia de Lira, José Vicente
30 Caixeta Filho, Laerte Sodrê Júnior, Leonardo Octavio Belinelli de Brito, Luiz
31 Henrique Catalani, Luiz Silveira Menna Barreto, Marcela Silva Carbone,
32 Marcelo de Andrade Roméro, Marcelo Ricardo Fernandes, Maria Cristina
33 Oliveira Bruno, Marcos Nogueira Martins, Marcos Vinícius Folegatti, Margarida
34 Maria Krohling Kunsch, Maria Madalena Januário Leite, Maria Aparecida de

35 Andrade Moreira Machado, Julio Cerca Serrão, Maria Arminda do Nascimento
36 Arruda, Maria Cristina Motta de Toledo, Maria das Graças Bomfim de Carvalho,
37 Maria Vitoria Lopes Badra Bentley, Mariana Nunes de Moura Souza, Marisa
38 Helena Gennari de Medeiros, Neli Maria Paschoarelli Wada, Paulo Nelson
39 Filho, Oswaldo Baffa Filho, Paulo César Rodrigues Conti, Paulo José do
40 Amaral Sobral, Pietro Ciancaglini, Cleber Renato Mendonça, Rodney Garcia
41 Rocha, Benedito Correa, Sergio Mikio Kobayashi, Sérgio Persival Baroncini
42 Proença, Lidia Aparecida Rossi, Rômulo Machado, Simone Rocha de
43 Vasconcellos Hage, Sonia Maria Vanzella Castellar, Suely Vilela, Terezinha de
44 Jesus Andreoli Pinto, Tito José Bonagamba, Tuani Guimarães de Ávila
45 Augusto, Umberto Celli Junior, Valdecir de Assis Janasi, Valdemar Mallet da
46 Rocha Barros, Valmor Alberto Augusto Tricoli, Victor Wünsch Filho, Waldyr
47 Antônio Jorge e Welington Braz Carvalho Delitti. Presente, também, o Prof. Dr.
48 Ignacio Maria Poveda Velasco, Secretário Geral. Justificaram antecipadamente
49 suas ausências, sendo substituídos por seus respectivos suplentes, os
50 Conselheiros: Benedito Honório Machado, Claudimar Amaro de Andrade
51 Rodrigues, Daniel Barreto Junior, Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto,
52 Guilherme Adolfo dos Santos Mendes, José Rogério Cruz e Tucci, Marcos
53 Domingos Siqueira Tavares, Maria Amélia de Campos Oliveira, Maria Augusta
54 Peduti Dal'Molin Kiss, Osvaldo Luiz Bezzon, Richard Charles Garratt, Rui Curi,
55 Silvana Martins Mishima e Silvio Roberto Farias Vlach. Justificaram, ainda,
56 suas ausências os Conselheiros: Aluísio Augusto Cotrim Segurado, Antonio
57 Carlos Teixeira Álvares, Dulce Helena de Brito, Fábio de Salles Meirelles,
58 Fátima Aparecida Emm Faleiros Sousa, Fernando Luis Medina Mantelatto,
59 José Arana Varela, Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, Raphael Gasparian
60 Chinchilla, Roberto Gomes de Souza Berlink e Sérgio França Adorno de Abreu.
61 Havendo número legal de Conselheiros, o Magnífico Reitor passa às suas
62 comunicações. **M. Reitor:** “Em recentes cerimônias de posse de Diretores de
63 Unidades, assim como em artigo no jornal ‘Folha de São Paulo’, chamei a
64 atenção para questões que julgo relevantes no contexto dessa reunião. A
65 preocupação com a escolha e mandatos de dirigentes da USP, sempre
66 associados com a ideia de renovação, deve também evocar a preocupação
67 com a continuidade. Não é possível qualquer consistência das mudanças ou
68 sincronia de ações em um ambiente em que os dirigentes da Universidade e

69 das Unidades vão continuamente mudando, se não tivermos acordos sobre
70 metas e objetivos de médio e longo prazo. Trata-se de algo mais permanente e
71 fundamental, que consubstancie a visão que a Universidade tem de si mesma
72 e de sua missão no panorama do ensino superior do Estado de São Paulo.
73 Tópicos que devem ser discutidos em profundidade no âmbito das propostas
74 para a reforma da USP. Uma delas deriva de um desafio quase insuperável
75 para as universidades públicas paulistas (USP, UNESP, UNICAMP) que
76 recebem 9,57% da arrecadação de ICMS do Estado de São Paulo. No entanto,
77 as três universidades juntas acolhem menos que 5% de todos os 460 mil
78 estudantes que terminam o ensino secundário no Estado. Se adicionarmos as
79 FATECs e as Universidades Federais instaladas no Estado, as universidades
80 públicas atendem menos que 12% dos potenciais candidatos ao ensino
81 superior. E os demais para onde vão? Como tratar da demanda de mais
82 recursos públicos para as três universidades, sem examinar,
83 concomitantemente, nossos compromissos? Mais relevante ainda é a questão:
84 está a USP fazendo o máximo e o melhor que deve para atender a sociedade?
85 É essencial que a USP responda de que forma ela quer, como instituição,
86 reforçar seu papel no ensino superior paulista. Será pela ampliação física ainda
87 maior? Seria aumentando o número de vagas dos cursos já instalados? Ou
88 será aumentando a qualidade e modernizando estes cursos, visando a
89 formação de lideranças na sociedade? Reforçando sua vocação para o ensino
90 de pós-graduação e a pesquisa, confiando que outra solução será encontrada
91 para atender à necessidade de formação de maior número de engenheiros,
92 médicos, advogados, professores, economistas, administradores, entre outros,
93 para sustentar o desenvolvimento do país? Mas, qual seria esta outra solução?
94 Aumento das vagas das outras instituições federais no Estado ou, ainda, a
95 criação de uma outra universidade estadual focada na tarefa da formação
96 profissional? Outros aspectos relevantes, que exigem mudanças e um novo
97 pacto da Universidade com a sociedade, dizem respeito ao financiamento e à
98 gestão das universidades. Contrariamente ao que alguns pensam, não são
99 assuntos da economia interna da USP, mas exigem amplo debate com a
100 sociedade, como fizemos ontem nesta sala, com representantes da imprensa.
101 Em 2013, o Governo Paulista transferiu para suas três universidades o valor de
102 R\$ 10 bilhões. Na USP, isto corresponde a uma média de R\$ 47 mil por aluno

103 por ano, valor corrigido para a inflação, que é 27% superior ao de cinco anos
104 atrás, mas que está sendo integralmente usado para pagar salários. Para
105 cumprir sua missão, a USP terá que promover reformas da gestão para
106 reestabelecer o equilíbrio financeiro. Fazem parte dessas medidas rever sua
107 gestão de recursos humanos, para poder voltar a contratar professores
108 necessários para o ensino e pesquisa, desfazer-se de gastos que não
109 compõem as atividades universitárias típicas, e buscar novas fontes de
110 financiamento. Não faz parte das propostas da atual reitoria considerar o
111 pagamento por parte dos alunos mais abastados, mas a compensação pela
112 oportunidade de estudar em uma universidade pública, garantindo uma
113 vantagem competitiva na vida profissional, poderia ser considerada para todos
114 os ex-alunos da USP na forma de serviços à sociedade. A mais bem sucedida
115 universidade da América Latina não pode promover uma mudança de estrutura
116 olhando apenas para suas congêneres nacionais, sem fazer referência às
117 universidades líderes de classe mundial. Da mesma forma, o próprio
118 funcionamento do Conselho Universitário, suas responsabilidades, poderes e
119 rituais precisam ser revistos. O crescimento do colegiado aumenta a
120 representatividade, ao mesmo tempo reduz a eficiência e inibe a participação
121 ampla. Esse conflito precisa ser resolvido pelo novo Estatuto. O quadro atual
122 das três universidades públicas evoca a necessidade e oportunidade de rever
123 seu papel dentro do quadro mais amplo do ensino superior paulista, das
124 relações da universidade com a sociedade, do equilíbrio entre autonomia e
125 'accountability', e de uma visão moderna em que os mecanismos de gestão e
126 escolha de dirigentes respeite as concepções de uma sociedade democrática
127 sem ceder ao corporativismo. Tenho certeza de que nesta sessão e nos
128 próximos meses veremos propostas concretas voltadas para algumas das
129 questões que levantei. Assim, desejo a este Conselho um excelente trabalho e
130 declaro aberta a nongentésima sexagésima primeira reunião do Conselho
131 Universitário, que para os interessados em fazer contas é a nona reunião do
132 Conselho Universitário deste ano e até o final nós completaremos um recorde
133 de onze reuniões do Conselho. Como foi dito, esta é uma pauta voltada para a
134 discussão dos tópicos da reforma, mas não podemos deixar de apresentar os
135 novos membros do Conselho Universitário". A seguir, o **M. Reitor** passa a
136 palavra ao Senhor Secretário Geral, para apresentação dos novos membros.

137 **Secretário Geral:** “Diretores: Prof. Dr. Valmor Alberto Augusto Tricoli (EEFE),
138 Prof. Dr. José Otávio Costa Auler Júnior (FM), Prof. Dr. Gilberto Fernando
139 Xavier (IB). Representantes de Congregação: Prof. Dr. Carlos Roberto Bueno
140 Júnior (EEFERP), Prof. Dr. Sérgio Persival Baroncini Proença (EESC), Prof. Dr.
141 João Cyro André (EP), Prof. Dr. José Tavares Correia de Lira (FAU), Paulo
142 César Rodrigues Conti (FOB), Prof. Dr. Belmiro Mendes de Castro Filho (IO).
143 Representante dos Institutos Especializados: Prof. Dr. Ildo Luís Sauer (IEE).
144 Representantes Discentes de Pós-Graduação: Sr. Claudimar Amaro de
145 Andrade Rodrigues (FMRP), Sr.^a Fabiana Marchetti (FFLCH), Sr. Leonardo
146 Octavio Belinelli de Brito (FFLCH), Sr.^a Tuani Guimarães de Ávila Augusto
147 (IAU); Reconduzida: Sr.^a Mariana Nunes de Moura Souza (IEE)”. **M. Reitor:**
148 “Ainda antes de passarmos para o Caderno Único da pauta, gostaria de
149 reforçar um convite que foi encaminhado a todos, pois diz respeito ao tema que
150 estamos discutindo. Amanhã se inicia aqui uma série de atividades conjuntas
151 da Universidade de São Paulo com a Universidade de Lyon, na França, com a
152 qual temos uma relação privilegiada. Como parte destas atividades, às 16h30,
153 nesta sala, o presidente da Universidade de Lyon 3, Professor Jacques Comby,
154 fará uma palestra denominada: ‘Resources, management and decision making
155 at Université de Lyon’. Então reforço este convite e ficaria muito satisfeito em
156 vê-los por aqui. Como parte desta atividade, também será inaugurada uma
157 mostra, que está instalada no térreo do prédio da Reitoria. Trata-se de uma
158 exposição de matemática – para aqueles que não são matemáticos é
159 interessante ver como se faz uma exposição de matemática – é uma iniciativa
160 conjunta da Universidade de São Paulo, através do Instituto de Matemática e
161 Estatística e a Universidade de Lyon.” Ato seguinte, o **M. Reitor** passa à
162 **Eleição de um docente suplente da área de Humanas para integrar a**
163 **CAECO, tendo em vista o término do mandato da Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia**
164 **Duarte Lanna**, assim se pronunciando: “Passamos então à eleição de um
165 Docente Suplente da área de Humanas para integrar a CAECO, que é a
166 Comissão que está organizando as discussões e o encaminhamento das
167 reformas da Universidade, tendo em vista que a Professora Ana Lanna, que
168 era Representante da Congregação neste Conselho, ter o mandato vencido na
169 Congregação e, portanto, também o mandato na CAECO, que é uma comissão
170 do Conselho Universitário.” Ato contínuo, devido a manifestações dos

171 Conselheiros, o Secretário Geral reforça que a eleição visa indicar um
172 Representante Suplente da área de Humanas. **Cons. Carlos Alberto Ferreira**
173 **Martins**: “De fato há necessidade de fazer esta substituição, de modo a
174 completar a representação no âmbito da nossa Comissão. Naturalmente, todos
175 os conselheiros poderão indicar sugestões a este respeito. Em conversa com
176 alguns dos membros da Comissão, pareceu que eventualmente seria
177 pertinente que tivéssemos, na CAECO – faço um parêntese para dizer que
178 adotamos, desde a primeira reunião, a prática de convidar todos os suplentes,
179 e não tivemos necessidade de nenhuma deliberação formal, todos os
180 encaminhamentos até hoje foram definidos por consenso e acreditamos que
181 isto enriquece a discussão, onde aproveito este momento para fazer um
182 registro de agradecimento à contribuição extraordinária que até este momento
183 nos foi oferecido pela Professora Ana Lanna, e todos os meus colegas da
184 CAECO certamente concordarão comigo. Aproveito para fazer este registro
185 público, pois tenho certeza de que este é um sentimento comum a todos –
186 levanto esta sugestão no sentido de que nos parece que seria importante que
187 tivéssemos, na representação docente da CAECO, a representação de uma
188 categoria docente e, particularmente nos parece que seria importante a
189 representação da maior categoria docente que temos na Universidade, que é a
190 de Professores Doutores. Neste sentido, gostaria de colocar para avaliação dos
191 conselheiros a indicação do Professor José Renato, que é o representante dos
192 Professores Doutores neste Conselho. Considero importante para a dinâmica
193 do trabalho internamente à CAECO que esta representação esteja
194 considerada.” **M. Reitor**: “Desta forma o Professor Carlos sugere o Conselheiro
195 José Renato Araújo, representante dos Professores Doutores neste Conselho
196 Universitário.” **Cons. Carlos Alberto Ferreira Martins**: “Evidentemente a
197 condição de representante dos Doutores é muito importante, mas reforço que o
198 Professor Renato é professor da EACH na USP Leste, trabalhando na área de
199 Gestão Ambiental, formado como Cientista Social.” Ato contínuo, não havendo
200 mais indicações o **M. Reitor** passa à votação. **Votação**. Apuradas as cédulas,
201 obtém-se o seguinte resultado: José Renato de Campos Araújo = 76 (setenta e
202 seis) votos. É eleito o Prof. Dr. José Renato de Campos Araújo para a
203 suplência da representação docente da área de Humanas da CAECO. Ato
204 seguinte, o **M. Reitor** passa à **Eleição de dois representantes discentes de**

205 **Pós-Graduação, sendo um titular e um suplente, para compor a CAECO,**
206 assim se pronunciando: “Ainda quanto à CAECO, temos a eleição de dois
207 representantes, portanto, um titular e um suplente, na categoria de
208 representantes discentes de Pós-Graduação. Como sabem, todo o Conselho
209 vota e os discentes irão propor os nomes.” **Cons. Phillippe Pessoa de**
210 **Santana:** “Nós conversamos e indicaremos os dois nomes para a Comissão
211 Especial do Conselho Universitário, sendo o primeiro Fabiana Marchetti e o
212 outro, Mariana Moura. Sendo estas as indicações da Pós-Graduação para
213 titularidade e respectiva suplência da Comissão. Reforço que a Fabiana
214 Marquetti é da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, FFLCH e a
215 Mariana Moura é do Instituto de Energia e Ambiente, IEE.” Ato contínuo,
216 considerando não haver mais indicações o **M. Reitor** inicia a votação. **Votação.**
217 Apuradas as cédulas, obtém-se o seguinte resultado: Fabiana Marchetti = 93
218 (noventa e três) votos; Mariana Nunes de Moura Souza = 95 (noventa e cinco)
219 votos. **São eleitas: Fabiana Marchetti, para titular e Mariana Nunes de Moura**
220 **Souza, para suplente da representação discente de Pós-Graduação na**
221 **CAECO.** Ato seguinte, o **M. Reitor** passa à **Definição de calendário para a**
222 **terceira discussão, referente aos temas: Carreiras e Regimes de Trabalho;**
223 **Autonomia e organização das unidades ou órgãos; e Formas de**
224 **deliberação das alterações estatutárias,** assim se pronunciando: “O tópico
225 seguinte diz respeito à redefinição da data para a terceira discussão temática
226 dos temas que compõem a preparação do material, para que possamos passar
227 à fase de votação posteriormente. Esta terceira reunião ocorrerá no início do
228 próximo ano e pergunto se a CAECO junto à Secretaria Geral chegaram a
229 alguma sugestão de datas, pois precisamos compatibilizar a mesma com as
230 reuniões regulares e necessárias no início do ano.” **Cons. Carlos Alberto**
231 **Ferreira Martins:** “Consultando o Professor Poveda sobre a programação de
232 reuniões regulares, consideramos razoável propor que a próxima reunião,
233 portanto a terceira reunião temática, ocorra no dia 7 de abril. Desta forma,
234 poderíamos, nesta reunião temática, definir a continuidade do calendário, em
235 vez de nos aventurarmos agora a fazer uma previsão mais estendida.
236 Entendemos que 7 de abril, considerando o calendário já encaminhado para
237 2015, nos dará um tempo minimamente necessário para retomar as discussões
238 após interrupção do período letivo e viabilizar que consigamos definir novas

239 reuniões ao longo de 2015. A proposta é ter a próxima reunião no dia 7 de abril
240 e nesta reunião definiremos a continuidade do calendário.” Ato contínuo, não
241 havendo nenhuma outra sugestão de data, o Conselho Universitário decide por
242 deferir a data indicada pela CAECO, 7 de abril de 2015. **M. Reitor:** “Tal reunião
243 tratará dos seguintes temas: Carreiras e regimes de trabalho; Autonomia e
244 organização das Unidades ou Órgãos e Formas de deliberação das alterações
245 estatutárias. Nesta reunião, o tema das formas de alteração será tratado, mas
246 não será votado. A votação será feita em reunião seguinte cuja data será fixada
247 na reunião de 7 de abril. Gostaria de acrescentar a seguinte informação ou
248 sugestão: um dos temas a ser discutido nesta reunião de abril diz respeito à
249 questão das carreiras e regimes de trabalho. Todos sabem que tenho dado
250 uma grande importância à discussão deste tema – sei que alguns discordarão
251 –, mas na minha avaliação este tema é central na vida da Universidade e, para
252 isto, foi constituído um grupo de trabalho com 23 docentes que é coordenado
253 pelo Professor Ricardo Terra, do Departamento de Filosofia, da Faculdade de
254 Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Esta comissão bastante ampla, que
255 envolve todas as áreas do conhecimento e perfis muito diferente de docentes,
256 está tratando desta questão e deverá tratar disso durante este segundo
257 semestre e início do próximo ano. A Comissão deverá promover discussões
258 com todas as Unidades e reuniões públicas em pequenos grupos, da maneira
259 que optarem. Gostaria de estimular os diretores e representantes de
260 Congregação que pusessem em marcha dentro de suas Unidades a discussão
261 destes temas sobre as questões do progresso na carreira, avaliação do
262 trabalho docente e a discussão dos nossos três regimes de trabalho, se são
263 estes mesmos, se o formato é este, se queremos acrescentar algum novo e a
264 questão de, eventualmente, termos e aceitarmos mais de um perfil docente
265 dentro de uma carreira única. Enfim, são questões em aberto que precisam ser
266 discutidas e este é o momento de discuti-las em profundidade. Nesta reunião
267 do dia 7 de abril, provavelmente, as propostas não estarão todas fechadas,
268 mas o Professor Terra será convidado, nessa reunião do Conselho
269 Universitário, a dar um retrato das atividades dentro do Grupo de Trabalho e
270 em relação às Unidades. Como último tópico, antes de entrarmos na
271 discussão, reforço que esta reunião está sendo, como sempre, gravada e
272 transmitida pelo IPTV. Com relação às reuniões regulares do Conselho

273 Universitário, temos gravado, mas não houve uma decisão sobre a transmissão
274 direta destas reuniões. Na próxima reunião, terça-feira próxima, dia 18, no
275 momento em que abrir a reunião, colocarei em votação para que considerem a
276 possibilidade de passarmos a, além de gravar, também transmitir pela IPTV as
277 reuniões regulares do Conselho Universitário. Se concordarem, a partir do dia
278 18, a reunião será transmitida.” A seguir, o **M. Reitor** passa à **ORDEM DO DIA.**
279 **CADERNO ÚNICO – ESTRUTURA DE PODER E GOVERNANÇA NA USP. 1.**
280 **PROCESSO 2014.1.5085.1.8 – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.**
281 Apresentação, pela CAECO: **Ética na Universidade; Eleição de Dirigentes;**
282 **Natureza, atribuições e composição dos colegiados.** **M. Reitor:** “Ao passar
283 para o Caderno Único, que trata da estrutura de poder e governança da USP,
284 gostaríamos que o Professor Carlos Martins fizesse um apanhado daquilo que
285 foi encaminhado à CAECO. Ademais, o Representante da Congregação do
286 Instituto de Física nos encaminhou um conjunto de manifestações feitas na sua
287 Unidade, que fizemos chegar à CAECO e, de certa forma, trazem contribuições
288 para a discussão que será feita. Portanto, na medida em que transcorrer a
289 discussão em seus variados tópicos, peço que os representantes do Instituto
290 de Física se manifestem, se julgarem adequado ou necessário, para
291 complementar ou modificar aquilo que está sendo apresentado.” **Cons. Marcos**
292 **Noqueira Martins:** “Encaminhei ontem para a Secretaria Geral um documento
293 que é um resumo desta pauta que lhes foi entregue para que fosse distribuída
294 a todos e isto não foi feito. Hoje trouxe cópias e solicitei que fossem
295 distribuídas aos Conselheiros, para que se pudesse acompanhar melhor a
296 discussão dos temas, estas cópias também não foram distribuídas. Pergunto,
297 portanto, à Secretaria Geral, qual é o problema em dar conhecimento aos
298 Conselheiros daquilo que foi omitido pela CAECO?” **Secretário Geral:** “Não há
299 problema nenhum. A questão é que esta documentação chegou ao meu
300 conhecimento pela manhã e precisávamos iniciar esta reunião. O senhor pediu
301 para distribuir, mas como isto tange à sistematização da CAECO, julguei
302 melhor que o senhor tomasse a iniciativa. Não há nenhum problema em
303 distribuir a documentação, a questão é que se ficarmos distribuindo a
304 documentação durante o decorrer da reunião, isto atrapalha o seu andamento.”
305 **Cons. Marcos Noqueira Martins:** “Como membro não muito antigo do Co,
306 recebi vários documentos de reuniões anteriores que foram distribuídos na

307 hora. Qual o motivo de meu documento não ter o mesmo encaminhamento?”

308 **Cons. Adalberto Fazio:** “O Professor Carlos Martins poderá esclarecer. O

309 documento enviado pela Física foi direcionado à CAECO e enviado para a

310 Secretaria Geral no dia 17 de julho de 2014. O Representante da Física solicita

311 que se distribua as cópias, para que se possa acompanhar; do contrário,

312 teremos que levantar para fazer as contribuições e perderemos muito tempo.

313 Portanto, estes documentos poderiam ser distribuídos, para se acompanhar

314 qual é a proposta da discussão oriunda da Congregação do Instituto de Física.

315 Para esclarecer, reforço que o documento foi enviado aos 17 de julho, portanto,

316 houve um equívoco, sendo que faço parte da CAECO.” **M. Reitor:** “A única

317 coisa que a presidência da sessão pode acrescentar é o seguinte: tendo em

318 vista a dinâmica que demos para esta discussão, o Reitor, pessoalmente, e a

319 Secretaria Geral, procuram interferir o menos possível na organização e

320 encaminhamento destas reuniões. De uma maneira muito clara, a CAECO tem

321 a responsabilidade de organizar a pauta, juntamente com a Secretaria Geral e

322 assim é feito. Neste sentido, presumo que o Secretário Geral não se sentiu a

323 vontade em distribuir um documento independente, que chegou sem que a

324 própria Comissão tivesse se manifestado. Esta é minha interpretação, mas

325 podemos ouvir do próprio Presidente da Comissão, Professor Carlos Martins,

326 que também deverá fazer um sumário do primeiro tópico - **'Ética na**

327 **Universidade'** - para que possamos passar para a substância da discussão.”

328 **Cons. Carlos Alberto Ferreira Martins:** “Gostaria de rapidamente comentar,

329 em benefício daqueles que passaram a integrar recentemente nosso Conselho

330 Universitário, que tínhamos um calendário inicial, aprovado em 25 de março,

331 que previa a realização de três reuniões temáticas não deliberativas e uma

332 quarta reunião. A primeira, deliberativa, ocorreu no dia 25 de junho e a previsão

333 era que o conjunto de temas 2 e o conjunto de temas 3 deveria ser realizado

334 em 2 e 23 de setembro. Estas reuniões não puderam ser realizadas em função

335 das condições do movimento grevista, naquele momento, inclusive, com a

336 dificuldade de utilização da sala do Conselho Universitário. Quando retomamos

337 os trabalhos da CAECO, a primeira discussão que se fez foi sobre a pertinência

338 e importância de retomar esta discussão ainda este ano. Foi um entendimento

339 majoritário e diante ao impasse de data, a sugestão foi ocupar justamente este

340 dia 11 de novembro, que era a data previamente aprovada pelo Conselho

341 Universitário. Tínhamos a consciência da dificuldade de retomada do ritmo
342 desta discussão agora e, em função disto, optamos por estender ao máximo o
343 tempo de discussão nas Unidades, Entidades ou Órgãos e isto implicou em
344 reduzir ao máximo o tempo que a própria CAECO teria de sistematização
345 concretamente. Solicitamos que as propostas e contribuições fossem
346 encaminhadas até o dia 3, segunda-feira, sendo que possuímos o limite da
347 quinta-feira para entregar à Secretaria Geral, para que a mesma pudesse
348 cumprir o prazo regimental de envio da pauta. Isto, naturalmente, nos trouxe
349 diversas dificuldades. Desde já peço desculpas àquelas Unidades ou Órgãos
350 que não se sentirão perfeitamente contempladas na sistematização que foi
351 realizada; este é um trabalho bastante difícil, recebemos vinte e nove
352 contribuições de Unidades, Órgãos ou Setores com uma grande diversidade,
353 tanto de temas – muitas delas, inclusive, não se ativeram aos três temas que
354 estariam em pauta hoje –, mas, sobretudo, diversidade de forma. Há propostas
355 que são extremamente detalhadas, há propostas que são de princípio e, quero
356 reconhecer de público, que a perspectiva de que conseguiríamos realizar uma
357 sistematização e fazer uma revisão desta sistematização adequada e
358 respeitosa do trabalho que foi feito pelas Unidades foi uma avaliação
359 excessivamente otimista. Peço desculpas por isto, em particular, devo pedir
360 desculpas ao Instituto de Física, cuja contribuição o próprio Professor Fazzio
361 reforçou, não chegou até nós em um momento adequado. Consciente da
362 solicitação de que fosse assim distribuído, ponderei inicialmente com o
363 Secretário Geral e, posteriormente com o Professor Fazzio, que é meu colega
364 da CAECO, que a divulgação da proposta na íntegra da Física estabeleceria
365 uma distinção em relação às demais contribuições que, devo dizer, estarão na
366 sua íntegra, todas elas, disponibilizadas no site da CAECO. De qualquer modo
367 havia preparado – não sei se satisfará a todos os colegas – meu próprio roteiro,
368 incluindo as propostas específicas do Instituto de Física, abrindo a
369 possibilidade de que no momento desta discussão elas pudessem ser
370 registradas. No meu entendimento isto daria conta desta questão, mas se não
371 é assim, novamente peço desculpa, inclusive, pelas eventuais falhas que
372 surgirão, mas ao passo que assumo a condição de desculpas, registro o meu
373 reconhecimento e agradecimento, tanto aos membros da CAECO quanto à
374 Secretaria Geral, particularmente o Secretário naturalmente, mas também da

375 Jurema e da Renata, que fizeram um trabalho ingente no sentido de
376 chegarmos a um produto em quarenta e oito horas – que certamente não é
377 perfeito, mas que exigiu de nós e deles muito esforço. Parece-me claro que nas
378 próximas rodadas de discussão teremos que prever um tempo maior para este
379 trabalho de sistematização, de maneira que este possa ser um instrumento
380 ainda melhor para orientar esta discussão. Volto a insistir que cada uma das
381 contribuições já está na íntegra divulgada no *site* da CAECO.” **M. Reitor:**
382 “Como passaremos à substância da discussão, atendendo a um pedido da
383 ADUSP, aceitamos ouvir como convidado desta reunião um representante da
384 ADUSP, o Professor **Ciro**.” **Prof. Dr. Ciro Teixeira Correia:** “Senhor Reitor,
385 senhores membros do Conselho Universitário (Co), colegas, funcionários
386 técnico-administrativos, estudantes, senhoras e senhores. As propostas que
387 trazemos aqui ao debate guardam compromisso com a perspectiva que
388 anunciamos na reunião temática precedente, em 03/06/2014, de ‘contribuir
389 para deflagrar um processo que leve à superação, nesta Universidade, da
390 centralização, do autoritarismo, da falta de transparência e da substituição do
391 controle oligárquico pelo controle social por parte do corpo da universidade’.
392 Enfatizamos aqui os pontos principais e, em especial, alguns tópicos que
393 possam ter escapado na sistematização feita pela CAECO, destacando que
394 consideramos central superar a situação vigente na USP, tanto no que se
395 refere à forma de eleição dos dirigentes, quanto no que diz respeito à
396 composição dos colegiados, pois aqui sequer é respeitado o patamar mínimo
397 definido pela LDB de participação de estudantes e funcionários (30% da
398 composição dos órgãos colegiados). Ressalte-se que há no país inúmeros
399 casos de universidades públicas que já adotaram formas de gestão mais
400 democráticas, por exemplo, a Unicamp, que utiliza, na consulta durante o
401 processo de eleição para a Reitoria, a proporção de sessenta por cento (60%)
402 de docentes, vinte por cento (20%) de estudantes e vinte por cento (20%) de
403 funcionários técnico-administrativos. Também, muito importante é a
404 representação da categoria docente. Atualmente, a esmagadora maioria dos
405 colegiados, sobretudo os da administração central, é constituída por
406 professores titulares, parte da categoria, em números absolutos, com menos
407 docentes na USP. Tal situação precisa mudar! As propostas a seguir buscam
408 contemplar uma concepção de universidade efetivamente democrática,

409 participativa e transparente, de modo a respeitar os direitos da sociedade.
410 'Tema 4: Sobre a eleição das direções', propõe-se que: - Reitor e Vice-Reitor,
411 Diretores e Vice-Diretores de unidades sejam escolhidos por meio de eleição
412 direta e voto secreto dos docentes, estudantes e funcionários técnico-
413 administrativos, encerrando-se o processo no âmbito da universidade. A
414 ADUSP defende que tais eleições sejam paritárias na USP. - Possam ser
415 candidatos a cargos executivos na USP quaisquer docentes em RDIDP,
416 portadores do título de doutor; a inscrição deve se dar por chapas, com
417 apresentação de programas. Os mandatos seriam de quatro anos, não sendo
418 permitida a recondução. A posse seria dada pelo Colegiado Superior de cada
419 instância, imediatamente após o término dos mandatos de seus antecessores. -
420 Reitor, Vice-Reitor, Diretor e Vice-Diretor podem ser exonerados antes do
421 término do mandato, mediante aprovação de dois terços dos membros dos
422 respectivos organismos colegiados máximos, sendo convocadas novas
423 eleições. - Chefe e Vice-chefe de Departamento devem ser eleitos no âmbito
424 dos próprios Departamentos, que deliberam sobre como deve se dar tal
425 processo eleitoral. 'Tema 5. Ética na Universidade': Face às importantes
426 questões envolvidas, a ADUSP propõe que a USP organize um seminário
427 sobre o tema, relacionando-o, em particular, com os assuntos: conflitos de
428 interesse, abuso de poder, perspectiva produtivista adotada pela administração
429 e pelos organismos de fomento à pesquisa. Esta proposta não consta da
430 sistematização feita pela CAECO. 'Tema 6. Natureza, atribuições e composição
431 dos colegiados': O Conselho Universitário seria constituído da seguinte forma:
432 1. O Reitor que o preside, sem direito a voto; 2. O Vice-Reitor, os Pró-Reitores
433 de Graduação, Pós-graduação, Pesquisa e Cultura e Extensão Universitária,
434 sem direito a voto; 3. Os Diretores de Unidade, Museu, Instituto Especializado
435 (órgãos de integração), do Hospital Universitário e Hospital de Reabilitação das
436 Anomalias Craniofaciais (órgãos complementares), com direito a voto; 4. Um
437 representante dos docentes de cada Unidade, eleito pelos seus pares; 5. O
438 número de estudantes e de funcionários técnico-administrativos será igual à
439 metade da soma dos membros listados em 3 e 4, eleitos, respectivamente,
440 pelos seus pares. O Conselho Universitário teria como 'atribuições essenciais':
441 - Discutir e encaminhar as políticas acadêmicas e científicas gerais da USP,
442 acompanhando sua execução e propiciando a divulgação pública dos

443 resultados; - Deliberar sobre as prioridades orçamentárias da USP, controlando
444 e fiscalizando todas as verbas; - Aprovar os orçamentos e as prestações de
445 contas da USP; - Indicar todos os coordenadores de organismos submetidos à
446 Reitoria, qualquer que seja o seu caráter; - Discutir e deliberar sobre propostas
447 aprovadas pelo Conselho Social e pelo Conselho Orçamentário (que serão
448 tratados a seguir). O Conselho Universitário será a instância máxima de
449 recurso na Universidade. Obedecerá calendário divulgado previamente, será
450 convocado ordinariamente a cada dois meses e, extraordinariamente, pelo
451 Reitor ou por 20% de seus membros. As Congregações seriam assim
452 constituídas: - Diretor e Vice-diretor, sem direito a voto; - 50% de docentes,
453 25% de estudantes e 25% de funcionários, segundo os critérios de composição
454 detalhados na proposta encaminhada pela ADUSP. Departamentos: As
455 Plenárias Departamentais são soberanas e constituídas por: - Todos os
456 docentes do Departamento; - Igual número de funcionários técnico-
457 administrativos, eleitos por seus pares; - Igual número de estudantes, eleitos
458 por seus pares. Atribuições das Plenárias Departamentais : - Deliberar sobre a
459 política de Ensino, Pesquisa e Extensão do Departamento, sobre a constituição
460 e o funcionamento de comissões necessárias ao seu trabalho e
461 desenvolvimento; - Definir a composição do Conselho do Departamento, que
462 deve contemplar a participação das três categorias, e as respectivas normas de
463 seu funcionamento. Cabe ao Conselho do Departamento: - Encaminhar as
464 deliberações das plenárias; Elaborar e aprovar o Regimento do Departamento;
465 Definir a política de contratação, por concurso público, de docentes e
466 funcionários do Departamento; - Organizar, discutir e aprovar o orçamento do
467 Departamento; - Deliberar sobre a forma de eleição de Chefes e Vice-chefes,
468 com a participação de todos os docentes, estudantes e funcionários; -
469 Organizar processo amplo e aberto de avaliação das atividades do
470 Departamento, não delegável a qualquer outra instância. Além das instâncias
471 colegiadas já existentes na USP, propomos a criação de um Conselho Social e
472 um Conselho Orçamentário. Até o momento, a presença da sociedade na
473 estrutura da USP tem se dado da seguinte forma: 1. Intervenção direta do
474 Governador, por meio da escolha do Reitor; 2. Presença de representantes da
475 FIESP, da FAPESP, de ex-estudantes, etc. no Conselho Universitário. A
476 primeira caracteriza uma intervenção incompatível com um estatuto

477 democrático e com uma Universidade de fato autônoma; quanto à segunda, se
478 o objetivo for ter a representação da sociedade, é inócua e distorcida.
479 Propomos uma forma alternativa de encarar as pressões e exigências sociais,
480 manifestadas organizadamente, a partir da garantia de eficácia e efetividade às
481 intervenções de fora da Universidade que, ao mesmo tempo, resguardem sua
482 autonomia. Para a transparência da execução orçamentária da USP, propomos
483 a criação de um Conselho Orçamentário que tenha como atribuição a
484 fiscalização e o controle social da utilização dos recursos na instituição. O
485 Conselho Social deve contemplar: representantes da universidade, do estado,
486 dos órgãos oficiais financiadores, representantes das federações da indústria,
487 do comércio e da agricultura, representantes de organizações sindicais e
488 representantes de movimentos sociais organizados. O Conselho Orçamentário
489 será constituído por professores, funcionários técnico-administrativos,
490 estudantes e administração da universidade e terá a incumbência de tornar
491 transparente a execução orçamentária da USP, com a disponibilização dos
492 dados brutos de todas as receitas e despesas efetuadas e o controle social da
493 utilização desses recursos, tendo plenos poderes para cobrar e receber todos
494 os documentos necessários à consecução de seus objetivos. Este Conselho
495 não deve ser confundido com a atual COP. Por fim, reiteramos que as
496 mudanças do Estatuto da USP devem ser deliberadas por meio de um
497 processo estatuinte - soberano, exclusivo, democrático e paritário. Muito
498 obrigado pela atenção.“ **M. Reitor:** “Muito obrigado Professor Ciro, agradeço a
499 contribuição e solicito ao professor Carlos que comecemos a discussão do
500 primeiro tema.” **Cons. Carlos Alberto Ferreira Martins:** “O primeiro tema é
501 ‘Ética na Universidade’ e este tema compareceu em inúmeras das propostas
502 apresentadas, mas apareceu majoritariamente como uma preocupação, no
503 sentido de que o Estatuto deveria ter alguma forma de contemplar o
504 compromisso da Universidade com a ética acadêmica. Neste caso
505 especificamente e, por isso mesmo, no nosso texto de sistematização
506 começávamos dizendo que não fora encaminhada uma proposta de formulação
507 específica para o Estatuto e aqui cometemos uma incorreção – mais uma vez
508 me penitencio por isso –, pois a proposta do Instituto de Física era
509 precisamente aquela que apresentava um conteúdo específico de texto para
510 inserção. Assim, pergunto se o colega gostaria que lêssemos ou se prefere

511 apresentar e fazer sua justificativa.” **M. Reitor:** “Antes que o representante do
512 Instituto de Física ficasse com a palavra, peço a todos que procurem respeitar
513 o tempo, para que possamos ouvir o máximo de pessoas. Ademais,
514 precisaremos limitar as intervenções em cada um dos temas, visando terminar
515 a reunião às 17h30. De tal forma que não se repita numerosas vezes a mesma
516 ideia e assim tenhamos um amplo espectro de opções e ideias, pois ao
517 tratarmos com um Conselho deste nível, não será pela repetição que se fará o
518 convencimento.” **Cons. Marcos Noqueira Martins:** “Quero fazer uma proposta
519 de encaminhamento, justamente para que não tenha que me dirigir ao
520 Conselho todas as vezes que aparecer uma proposta do Instituto de Física, ao
521 contrário do que o Professor Carlos colocou, o que foi encaminhado não
522 contempla todas as proposta do IF, apenas aquelas que não estavam
523 contempladas na sistematização que foi feita pela CAECO. Então, o
524 documento que gostaria que tivesse sido distribuído aos conselheiros traz
525 exatamente esses pontos que vamos ter que levantar todas as vezes aqui. Se
526 estivesse na mão de cada um dos conselheiros, poderíamos discutir isso com
527 muito mais celeridade. Não perderíamos tempo, eu não teria que ficar
528 colocando questões de ordem de encaminhamento, porque vai facilitar a
529 discussão, e as pessoas estariam muito mais bem informadas. Mandeí esse
530 documento, por *e-mail* ontem, com a mensagem manifestando minha
531 preocupação, porque, ao contrário do que o Professor Carlos colocou, os
532 documentos das unidades não foram disponibilizados no *site* da CAECO. Até
533 sexta-feira, pelo menos, não haviam sido. Quando vi essa pauta, os da Física
534 não estavam contemplados, e não sabia se de outras unidades haviam sido ou
535 não, uma vez que não havia documento nenhum no *site* da CAECO. Essa falta
536 de transparência, de divulgação das informações, foi o que me levou a mandar
537 o documento para Secretaria Geral. E a falta de informação está sendo
538 insistentemente repetida, porque a Secretaria Geral não quer disponibilizar o
539 documento para facilitar a discussão.” **M. Reitor:** “Pergunto ao Professor
540 Carlos Martins se tem alguma objeção a que o documento seja distribuído.
541 Tendo Professor Carlos dito que não, o documento será distribuído se estiver
542 disponível. Segundo, não creio que esta discussão da reforma se pautem por
543 falta de transparência. Disto discordo do representante do Instituto de Física.
544 Podemos ter até dificuldades operacionais, logísticas, de estratégia, de

545 execução, mas não há, deliberadamente, nem por parte da Reitoria, nem por
546 parte da CAECO, qualquer falta de transparência. Continua aberta a palavra
547 para aqueles que queiram falar sobre o tema de ética.” **Cons. Carlos Alberto**
548 **Ferreira Martins:** “O Professor não leu a proposta, então, permita-me lê-la. O
549 Instituto de Física encaminha uma proposta concreta de alteração do artigo 3º
550 do Estatuto da Universidade. O artigo 3º diz, hoje, 'a USP, como universidade
551 pública, sempre estará aberta a todas as correntes de pensamento, reger-se-á
552 pelos princípios de liberdade de expressão, ensino e pesquisa.' A proposta do
553 Instituto de Física é: 'a USP, como universidade pública, sempre aberta a todas
554 as correntes de pensamento, reger-se-á por princípios éticos e de liberdade de
555 expressão e de ação em todas as suas atividades.” **Cons. Oswaldo Baffa**
556 **Filho:** “Andei olhando esse tema e fui consultar o nosso Código de Ética, que
557 aliás, tive a felicidade de ver aprovado nesse Conselho Universitário em 2002,
558 há 12 anos atrás. Foi um documento, na época, conduzido pelo Professor
559 Alfredo Bosi, que coordenou a Comissão, uma pessoa da maior
560 respeitabilidade, e é um documento que me parece muito atual. Mas, notei que
561 quando comparado com outros congêneres, de outras universidades, talvez
562 pudesse ser um pouco mais explicado. Ele contém 42 itens. São 7 de
563 princípios gerais, temos 7 dos servidores da Universidade, 5 que tratam só dos
564 docentes, um que trata dos não-docentes e 3 artigos que tratam do corpo
565 discente e demais alunos, e depois mais 18 artigos de disposições específicas.
566 Quando comparado com outras universidades, principalmente canadenses, as
567 quais vi vários, existe uma explicação melhor do que significa ética na atividade
568 discente, especialmente, que nosso caso está bastante enxuto. Então, a minha
569 sugestão é no sentido de consultar a comissão que cuida desse assunto na
570 Universidade para que um dia possa vir ao Conselho explicar como foi aplicar
571 esse Código ao longo desses 12 anos, quais as dificuldades e o que pode ser
572 aprimorado, se é que precisa ser aprimorado. E sugeri que se fizesse um
573 documento onde se explicitasse melhor o que significa ter ética dentro desses
574 princípios gerais que estão aqui nesse Código. Acho que isso é importante.
575 Como professores, vivemos enfrentando casos de alunos que fazem coisas
576 que, às vezes, nem sabem que estão fazendo errado. Então, acho que é bom
577 deixar isso de forma bem clara.” **M. Reitor:** “O que o Conselheiro Baffa aponta,
578 e que vale para todos os tópicos que discutiremos, é a necessidade de

579 compatibilizar aquilo que está dito no Estatuto e depois no Regimento, que
580 obrigatoriamente são coisas muito gerais, muito amplas, com o restante da
581 regulamentação da vida universitária em que essas coisas aparecem com mais
582 detalhes, e mais clareza. No entanto, esta legislação que é infra estatutária,
583 todos esses documentos terão que estar compatibilizados com aquilo que
584 aparece no Estatuto e no Regimento. Então, de modo geral, o que o Professor
585 Baffa propõe, especificamente, com relação à ética na Universidade, é que,
586 adicionalmente, se faça uma revisão do Código de Ética, precedido ou
587 acompanhado de uma discussão no Conselho Universitário, o que me parece
588 uma excelente sugestão.” **Cons.^a Neli Maria Paschoarelli Wada:** “Nós,
589 trabalhadores da Universidade de São Paulo, esperamos que todos vocês
590 deste Conselho, e todos os gestores públicos da USP, ao refletirem sobre ética
591 na Universidade, reflitam sobre 4 questões, que para nós, são fundamentais.
592 Primeiro, é o abuso de poder e a discriminação social dentro das unidades, que
593 são perversas e maltratam a nós, funcionários e funcionárias. O segundo ponto
594 é o processo de terceirização. Na Universidade se instalam inúmeras empresas
595 terceirizadas e aqui elas exploram, humilham, praticam assédio moral e ficam
596 até 5 meses sem pagar salários e direitos trabalhistas, como ocorreu
597 recentemente com a Stel Empresa, da área de informática. Gostaríamos
598 também de chamar a atenção sobre a questão do assédio moral. O assédio
599 moral se intensifica nas unidades, principalmente sobre as mulheres. Tivemos,
600 recentemente, a quinta morte por suicídio na USP, com nexos causal o assédio
601 moral. E gostaríamos, também, que todos refletissem sobre a política que está
602 sendo adotada para os hospitais universitários. Fala-se que não tem dinheiro
603 para se contratar médicos e profissionais da área da saúde, mas temos hoje, o
604 Hospital Universitário fechando serviços médicos, deixando a população e os
605 funcionários sem atendimento médico, enquanto isso temos lá três empresas
606 terceirizadas prestando apenas serviços na área de informática. Portanto,
607 gostaríamos que, ao falarmos de ética, discutíssemos normas de convivência
608 dentro da Universidade de São Paulo, refletíssemos sobre essas quatro
609 questões, que hoje afetam os trabalhadores e as trabalhadoras e envergonham
610 a Universidade de São Paulo.” **Cons.^a Marcela Silva Carbone:** “Quero
611 começar pegando como gancho algo que o Professor Zago falou no começo da
612 reunião, sobre a intenção de começar uma nova Universidade. Existe uma

613 intensão de que tenha *accountability* na Universidade, que é um sistema de
614 responsabilização fiscal, e acho que responsabilização é algo muito importante.
615 Mas, a reflexão que gostaria de fazer é por que o Professor Boueri, que está
616 sendo processado, por exemplo, por enriquecimento ilícito, ou que permitiu que
617 o *Campus* fosse contaminado sem o nosso conhecimento, nunca foi
618 responsabilizado pela Universidade. Ou por que o Professor Rodas, que deixou
619 a USP quebrar, também não está sendo responsabilizado pela Universidade,
620 enquanto vemos mais de 100 estudantes sendo responsabilizados, justamente
621 por terem denunciado esse tipo de coisa. Justamente por terem feito greve,
622 manifestações, que são direitos garantidos na Constituição de 1988. Isso tudo
623 acontece porque temos um Regimento disciplinar na USP de 1972, época da
624 ditadura militar, onde diz que é proibido fazer greve, colar cartazes, se
625 manifestar, e que aqueles que atentarem contra a moral e os bons costumes -
626 algo típico da ditadura militar - podem ser punidos com eliminação. E vemos a
627 nossa Universidade, a Reitoria, se utilizando desse regimento ainda hoje para
628 poder punir estudantes que fazem manifestação. Isso, depois de tanto tempo
629 que acabou a ditadura militar. Seria muito importante pensar que esse
630 regimento disciplinar teria que ser revogado. Agora, não sei se é do interesse
631 do Conselho Universitário, mas sei que é do interesse do conjunto da
632 Universidade. Essa é uma demonstração de que é preciso que esse processo
633 de reforma no Estatuto, em todos os seus pontos, tem que ser debatido de
634 maneira mais ampla, com todas as categorias, porque isso é de interesse de
635 todos nós. E para terminar, eu, enquanto mulher e estudante da USP, sei que
636 aqui há vários problemas. Por exemplo, o *Campus* é mal iluminado, os pontos
637 de ônibus, às vezes, são muito vazios, porque a Universidade não permite que
638 a população esteja aqui dentro. Isso faz com que, muitas vezes, o *Campus* seja
639 um espaço perigoso para andarmos sozinhas, à noite. Há muitos casos de
640 violência contra mulher. Penso que deveria ser parte do tema de ética na
641 Universidade o cuidado com a mulher, com a mulher estudante que sofre
642 assédio, que haja uma ouvidoria que possa orientar jurídica e psicologicamente
643 as mulheres que passam por esse tipo de situação. Isso é de interesse do
644 conjunto da Universidade e todo esse processo deveria ser feito da maneira
645 mais ampla possível por todas as categorias.” **M. Reitor:** “Concretamente, a
646 Conselheira Marcela sugere a revisão do código disciplinar da Universidade de

647 São Paulo. Passado todo esse tempo, obviamente, este é um tópico que
648 deverá ser feito assim que terminarmos a reforma do Estatuto e do Regimento
649 da Universidade. É uma consequência natural da revisão de todo o
650 ordenamento jurídico da Universidade.” **Cons.^a Gabriela Soldera Ferro:** “Acho
651 que na nossa concepção, debater a questão da ética nesse Conselho
652 Universitário tem que passar pelo que está acontecendo hoje. Não sei se todos
653 sabem, mas hoje está acontecendo uma audiência pública na ALESP,
654 referente a casos absurdos de opressões racistas, abusos contra mulheres,
655 estudantes que são estupradas na Universidade. São casos específicos da
656 Medicina, mas que valem para a Universidade inteira. Isso está acontecendo
657 lá, os estudantes estão depondo. É muito importante, se vamos falar de
658 responsabilização, que a Universidade se responsabilize pelo que está
659 acontecendo há muito tempo. Não está acontecendo mais agora. O que ocorre
660 é que a mídia vem divulgando e isso vem vulnerabilizando a USP, porque além
661 da crise financeira, além da irresponsabilidade na gestão das finanças, esses
662 casos de meninas que sofrem estupro, estudantes que são mortos, todos
663 esses absurdos que vem acontecendo, estão sendo divulgados cada vez mais.
664 E é pela vulnerabilização da Universidade que isso vem sendo tratado, mas
665 achamos que isso tem que ser tratado, não da forma como é, baseado em um
666 regimento disciplinar de 1972, da época da ditadura, que faz com que a
667 responsabilidade em cima desses casos caia sobre terceiros, que a solução
668 para isso seja, por exemplo, a proibição de festas, ou sindicâncias contra
669 estudantes. Na verdade, o que estamos reivindicando há muito tempo, por
670 exemplo, é que existam campanhas contra isso. Por que não na Calourada, no
671 primeiro ano, quando os calouros chegam à Universidade, porque não existe
672 uma campanha institucional contra o machismo, contra o racismo, contra as
673 opressões na Universidade, para que os calouros já entrem em um outro clima,
674 porque é um absurdo que aconteçam trotes da forma com acontecem e que a
675 Universidade se isente da responsabilidade, porque a responsabilidade não é
676 apenas dos estudantes, mas sim da USP. A Conselheira Marcela falou do tema
677 das mulheres e o Professor Zago falou que é muito importante a questão do
678 regimento disciplinar, que foi a pauta que ela colocou, mas ela também colocou
679 que temos exigências. São exigências de que exista uma ouvidoria, de que
680 existam bases preparadas, especializadas para lidar com casos de machismo,

681 e quando digo machismo, parece algo meio caricato, mas estou falando de
682 forma bem direta. Meninas são estupradas na Rua do Matão, isso acontece
683 sempre, e a Universidade de São Paulo esconde isso. Essa audiência pública
684 hoje foi chamada pelos estudantes, por funcionários e por quem não quer que
685 isso continue sendo escondido, porque para a USP, vale muito mais a pena
686 esconder e proibir festas, porque o problema disso tudo são as festas, não é a
687 falta de iluminação no *Campus*, que ano passado foi colocada, mas depois de
688 muito tempo, pela fraude da licitação na iluminação, que sabemos que
689 aconteceu, até hoje a USP não está iluminada da forma que deveria, pois para
690 ficarmos em um ponto de ônibus, não é simplesmente estar cansada depois da
691 aula, é correr o risco de ser abusada. Já que vamos debater o regimento, já
692 que vamos debater esse Estatuto, está mais do que na hora de tratar de
693 questões muito sérias e profundas da forma que elas merecem ser tratadas, e
694 não de forma superficial, fazendo sindicâncias, como aconteceu em São
695 Carlos. Alunos de São Carlos estão sofrendo sindicâncias por causa da
696 proibição de festas, quando, na verdade, o problema é muito mais profundo do
697 que isso. Sabemos que as entidades estudantis se sustentam com o dinheiro
698 de festas, e isso é básico. Mas o que acontece nas festas e o que vulnerabiliza
699 é um problema da Universidade de São Paulo, que trata isso colocando, por
700 exemplo, mais PM no *campus*, o que só mostra que não adianta nada, pois a
701 PM está aqui e esses casos continuam acontecendo e até aumentaram. Quero
702 propor que ocorra uma abertura dos dados de casos de assédio na
703 Universidade, porque nós, como estudantes, como DCE, temos a 'Frente de
704 Mulheres' aqui na USP e gostaríamos de elencar isso, saber onde ocorrem
705 mais casos de abuso, para saber quais são as políticas que podemos fazer, de
706 forma efetiva, com relação a isso. Isso tem que estar no nosso Estatuto, isso
707 tem que ser debatido democraticamente, é uma questão que, obviamente, tem
708 tudo a ver com a questão da ética. Espero que hoje, a audiência pública seja
709 uma audiência que não sirva para fazer com que os estudantes que foram lá
710 depor sintam-se menos seguros, sintam-se com medo, pois isso pode
711 acontecer, mas que seja um toque para a USP começar a lidar com esses
712 casos da forma correta, porque é só depois de uma audiência pública, é só
713 depois que vai para a mídia, que podemos falar disso no Conselho
714 Universitário, mas enquanto não acontece, isso é escondido da pior forma

715 possível. Não é escondendo esses casos que a Universidade vai conseguir
716 superar essa situação.” **M. Reitor:** “Em primeiro lugar, a Universidade tem - e
717 funciona muito bem - uma Ouvidoria. A Ouvidora da USP é a Professor Maria
718 Hermínia Tavares de Almeida e espero que não haja qualquer dúvida quanto
719 ao funcionamento desta Ouvidoria, à eficiência, e, particularmente, espero que
720 não haja qualquer sugestão de que esta ouvidoria tem escondido casos como
721 foi alegado pela Conselheira. A Conselheira fez, também, referência a algo que
722 talvez ela queira corrigir. Ela falou em fraude da licitação da iluminação. Ela é,
723 obviamente, responsável por suas próprias palavras, e aqui não estamos
724 falando de regimento disciplinar. Finalmente, a questão de que as entidades
725 estudantis recolham recursos para sua vida advindos de festas que envolvem a
726 comercialização de enormes volumes de bebida alcoólica dentro do *campus* da
727 Universidade, é algo a respeito do qual espero uma manifestação clara de
728 todos os diretores de unidades que compõem este *campus*. Esta não é,
729 absolutamente, uma questão de ética.” **Cons.^a Gabriela Soldera Ferro:**
730 “Gostaria de falar apenas sobre a Ouvidoria. É uma proposta que estamos
731 fazendo. A Ouvidoria existe hoje, ela é importante, mas precisa se estruturar de
732 forma melhor, para que existam enfermeiras, psicólogas, médicos, pronto-
733 socorro, pois as meninas precisam ter a quem recorrer. Então, espero que o
734 professor leve isso em conta.” **M. Reitor:** “Agradeço as sugestões e convido-a
735 para uma reunião com a Professora Maria Hermínia a fim de tratarmos
736 concretamente dessas medidas. Será muito bem-vinda.” **Cons. Antenor**
737 **Cerello Junior:** “Não poderia aqui, como representante da Federação do
738 Comércio, furtar-me a um assunto que foi colocado anteriormente na proposta
739 da ADUSP. Ouvei palavras que não condiziam exatamente com o debate
740 democrático, com a amplitude da ideia de democratização da gestão da USP,
741 no sentido de que as entidades, da Federação do Comércio, da FIESP, da
742 FAESP, tem uma representação inócua e distorcida. Trata-se de uma opinião,
743 de um juízo de valor sem o menor fundamento, e isso é achismo. Quando se
744 vê uma proposta, esta tem que estar fundamentada. Estamos discutindo aqui a
745 representação ampla. A Federação do Comércio não se exime de discutir a
746 representação dela. Muito menos penso que a FIESP e a FAESP também se
747 eximam disso. Agora, falar isso sem o menor fundamento é puro achismo.”
748 **Cons. Bruno Sperb Rocha:** “O que vou dizer é uma posição dos

749 trabalhadores da Universidade, e diz respeito a esse tema da ética e a todo o
750 resto dos temas que serão tratados hoje e na próxima reunião, para não dizer
751 na anterior, ou seja, em todo esse processo de discussão. Ao instaurar um
752 processo para rever o Estatuto da Universidade, a forma de fazê-lo é decisiva,
753 e a democracia na forma de fazer isso não diz respeito só à quantidade de
754 participação e à amplitude do espaço aberto para participação, diz respeito à
755 qualidade dos interesses que estão em jogo nesse processo. Por isso, não há
756 nada mais antidemocrático, neste ponto de vista, que o conjunto do processo
757 de discussão e, depois dele, ao fim dessa discussão, que a forma de
758 deliberação sobre a reforma do Estatuto seja feita por este Conselho
759 Universitário. Em primeiro lugar, de forma evidente, pelo tamanho do Conselho
760 Universitário, pelo número de pessoas que o compõem, mas isso é só o mais
761 evidente e aparente. O mais grave é o fato de que este Conselho Universitário
762 vem demonstrando há tempos, e demonstrou muito claramente para os
763 trabalhadores da Universidade ao longo desses quatro meses de greve, como
764 os seus interesses são separados e opostos aos interesses da maior parte da
765 Universidade, e ao que se pode reconhecer como interesse da esmagadora
766 maioria dos trabalhadores, estudantes e professores da Universidade. Por isso,
767 em relação ao tema da ética, e também aos outros temas, o fato é que realizar
768 todo um processo de discussão para deixar que ao fim dele, este Conselho
769 Universitário decida sobre a forma de deliberação de qualquer alteração a ser
770 feita no Estatuto não vai muito além de uma farsa. Não é pelo Conselho
771 Universitário, ao contrário, é contra o Conselho Universitário que se pode
772 democratizar essa Universidade, e o único jeito desse processo ser possível, é
773 o conjunto dos trabalhadores, dos estudantes e dos professores da
774 Universidade, tomando os rumos da Universidade nas próprias mãos, de
775 maneira auto organizada, ou seja, de uma forma que eles próprios decidam
776 livre e soberanamente, em relação ao Estado, ao Governo e, inclusive, ao
777 Conselho Universitário e a todos os demais colégios da estrutura de poder
778 podre que dirige essa Universidade e que é herdeira direta da Ditadura Militar.”
779 Ato seguinte, o **M. Reitor** passa ao tema seguinte: **Eleição de Dirigentes.**
780 **Cons. Carlos Alberto Ferreira Martins:** “O tema ‘eleição de dirigentes’
781 recebeu, também, um número significativo de propostas e nos pareceu
782 pertinente organizar esse conjunto de propostas em três subtemas, o tema da

783 duração dos mandatos, o tema das condições de elegibilidade e o tema das
784 formas de eleição. Naturalmente, haverá a possibilidade de manifestações,
785 mas gostaria de chamar a atenção para o fato de que, em relação ao tema dos
786 mandatos, há um consenso bastante significativo, há um volume grande de
787 manifestações, no sentido de entender que o módulo de mandato de quatro
788 anos sem reeleição ou dois anos, mais uma recondução de dois anos. Ou seja,
789 a ideia de que as autoridades da Universidade tenham um módulo de mandato
790 de quatro anos sem recondução, ou dois anos com uma recondução, está
791 muito forte hoje em termos das manifestações. Há um consenso indicado muito
792 claramente nesse sentido, sobretudo no sentido de desestimular a ideia de
793 reconduções ou reeleição, ultrapassando o limite dos quatro anos. Em relação
794 às condições de elegibilidade, pode-se identificar, também, certo consenso em
795 um dos aspectos da elegibilidade, que diz respeito, mais propriamente, ao
796 momento de apresentação de candidaturas, ou seja, parece-me que há um
797 consenso no sentido de que é um avanço ultrapassarmos as condições atuais
798 do Estatuto, que definem aqueles que podem ser votados, que são elegíveis e,
799 na verdade, definem que quem não quiser ser elegível, tem que se manifestar
800 nesse sentido, pelo inverso, pelo estabelecimento de que aqueles que querem
801 ser votados devem se apresentar enquanto tal, e há um grande consenso,
802 também, no sentido de que é produtiva a inscrição de chapas, com titular e
803 suplente, seja no nível da Reitoria, seja no âmbito da direção de unidades, seja
804 no âmbito de chefias de departamento. A ideia força, diria assim, a chapa titular
805 e vice, com inscrição prévia e apresentação de um programa de trabalho que,
806 basicamente, foi seguida na última eleição e parece contar com um
807 reconhecimento importante. Algumas propostas ampliam, inclusive, a ideia
808 dessa chapa. Além do titular e vice, no caso da Reitoria, por exemplo, há
809 propostas que sugerem que a chapa inclua o Reitor, o Vice-Reitor e os Pró-
810 reitores. Eventualmente, alguma proposta no âmbito das unidades também
811 contempla a possibilidade de pensar em uma chapa com presidentes de
812 comissão estatutária. Mas essas são minoritárias. O que é, de fato, um grande
813 consenso é essa dimensão positiva da inscrição, ou seja, de haver a
814 apresentação clara das candidaturas, da inscrição em chapa e do programa.
815 Menos consensual é a questão da forma de indicação de pró-reitores e
816 presidentes de comissões estatutárias; como todos podem perceber, há um

817 bom número de variantes. Um outro ponto específico, ainda das condições de
818 elegibilidade, diz respeito ao vínculo ou à proposta de inexistência de vínculo
819 entre posição na carreira docente e possibilidade de acesso a cargos de
820 gestão. Então, aqui, de fato, temos um leque bastante aberto de alternativas a
821 posições que reforçam a previsão atual de vínculo entre posição na carreira
822 docente e acesso a determinados cargos, há propostas que mantêm algum
823 vínculo, mas propõe que sejam diferentes. Por exemplo, há sugestões no
824 sentido de que o título de Doutor seja condição suficiente para o acesso a
825 cargos como direção de unidade ou vice direção e há, no limite também, a
826 proposição de que não haja nenhum vínculo, ou seja, que todo docente da
827 Universidade, possa ascender a qualquer cargo de gestão. Nesta última
828 hipótese, algumas propostas sugerem a indicação de uma condição de tempo.
829 Por exemplo, todo docente da Universidade com o mínimo de "x" anos de
830 exercício, teriam a possibilidade de acesso. Em relação ao tema condições de
831 elegibilidade, parece-me que esses são os dois eixos de força das propostas,
832 volto a insistir, sempre a tender com isso, diminuir o fato de que há
833 detalhamentos em várias delas. Por fim, o terceiro subtema fundamental diz
834 respeito às formas da eleição. E mais uma vez poderíamos dizer que em
835 termos de grandes grupos de propostas, há dois eixos fundamentais. A
836 proposta da eleição direta dos dirigentes - e ela, naturalmente, tem as suas
837 variantes -; a eleição direta pode ser proporcional, e há variantes também em
838 relação à proporção, de 70-15-15, 60-20-20, paritária e algumas variantes
839 menos frequentes, até a ideia da eleição direta universal, ou seja, cada cabeça,
840 um voto. Portanto, temos um leque de alternativas dentro da ideia força de
841 eleição direta. E temos a segunda, a outra ideia força, que é a de um colégio
842 eleitoral. Há um conjunto significativo de manifestações no sentido da validade
843 do colégio eleitoral, utilizado na última eleição reitoral. Registro o fato de que,
844 salvo engano, não houve nenhuma proposta no sentido do retorno à
845 modalidade do segundo turno, e também neste caso, em se falando de colégio
846 eleitoral, há variantes. Uma variante que aparece com alguma incidência é de
847 ampliação do colégio eleitoral na perspectiva de incorporação a ele dos
848 conselhos departamentais, o que daria um acréscimo significativo em termos
849 de número de participantes. Destaque-se, também, que este tema da
850 ampliação do colégio eleitoral precisa ser pensado à luz da questão que

851 também aparece com bastante força, que é a proposta de ampliação da
852 representação discente e da representação de servidores nos colegiados, o
853 que reverteria em uma ampliação correspondente da sua participação no
854 colégio eleitoral. A variante colégio eleitoral também surge em alguns
855 momentos, com a ideia de uma complementação do processo via colégio
856 eleitoral, com uma consulta prévia aos três segmentos, de forma aberta, a
857 exemplo do que ocorreu na última eleição reitoral. Então, esses são os eixos
858 fundamentais do conjunto de propostas apresentadas. Não sei se já foi
859 distribuído o documento da Física. O Instituto de Física é um dos que se
860 manifesta no sentido da alteração desse vínculo entre posto na carreira
861 docente e acesso a cargos de gestão.” **Cons. José Antonio Visintin:** “Vou me
862 ater nesse primeiro item sobre eleição de dirigentes, depois, no segundo, volto
863 a falar novamente. Vou colocar algumas coisas pontuais. Um dos itens que
864 chamou a atenção é, realmente, a composição dos conselhos gestores dos
865 *campi*, que estão colocando talvez um ano para os discentes e para o corpo de
866 servidores. Acho que um ano de trabalho é muito pouco. Então, coloco uma
867 posição que, tanto no caso dos servidores quanto em relação aos discentes
868 nos conselhos gestores dos *campi*, seja de pelo menos dois anos, com uma
869 recondução. Outra coisa importante que temos dificuldade, principalmente nas
870 unidades, é em relação às comissões estatutárias. As comissões estatutárias
871 são, praticamente, algo separado da unidade, ela não faz parte da unidade. Já
872 me manifestei aqui várias vezes a respeito disso. Elas têm decisões próprias e
873 a Unidade não sabe nem o que está acontecendo. Vou citar um programa de
874 graduação, a Congregação, às vezes, não está sabendo, a Comissão de
875 Graduação toma decisões e as coisas vão para frente. Sou da opinião de que
876 isso tem que ser mudado, refletido e, talvez, uma das coisas que possa ser
877 feita é a indicação dos presidentes dessas comissões e a homologação pela
878 Congregação, como é feito com os Pró-reitores. Acho que obedeceria o mesmo
879 regime, indica-se e depois a Congregação é responsável, inclusive, com a
880 posterior fiscalização. Outro item em condições de elegibilidade, sou da opinião
881 de que a presidência das comissões e as chefias de departamento, deverão
882 ser abertas, inclusive para os doutores. Fui chefe de departamento quando
883 doutor e acho que meu departamento não sofreu nada ruim. Claro que se
884 precisa de um tempo como administrador, acho fundamental. Então, acho que

885 as presidências de comissões e chefias de departamentos poderão ser
886 ocupadas, sim, pelos Professores Doutores. Uma coisa que considero mais
887 importante, que mais me deixa preocupado como ex-diretor de Unidade, e que
888 acho que a Universidade precisa tomar cuidado, é a gestão administrativa e a
889 gestão acadêmica. Se eu fizer um reitor acadêmico e um reitor administrativo, o
890 administrativo mata o acadêmico. Administração é um perigo, porque a Lei
891 8666 não se preocupa com a questão acadêmica. Dois mais dois para eles são
892 quatro. E às vezes, com uma boa gestão é quatro e meio, e com uma gestão
893 ruim é três e meio, mas a acadêmica tem que mandar. Acho que esse regime
894 de hoje pode ter um Reitor que comanda a Universidade inteira, principalmente
895 o acadêmico, e a gestão fica incumbida pelo vice-reitor. Porque assim temos o
896 reitor, o vice-reitor e eles falam a mesma língua. Isso é muito perigoso se eu
897 tiver gestão. Serei curto e grosso, não tenho medo de falar nada. Já sofri isso.
898 Pega sua assistência financeira, se você não toma cuidado como diretor, você
899 não faz nada. Você tem que ficar 24 horas em cima, mostrando para ele. Já vi
900 assistente falar 'você não pode pensar como professor'. Acho que a
901 Universidade, me desculpa, é acadêmica. E a gestão é para ajudar, para
902 alavancar. Penso que o nosso gestor deve ser professor. Pessoalmente, sou
903 contra contratar um gestor externo. Como vou contratá-lo? Mediante concurso.
904 E vou contratar um indivíduo desses em um concurso, pagar R\$ 30 mil por mês
905 para ele fazer gestão na Universidade e logo ele estoura, é encostado e eu
906 precisarei contratar um novo gestor, porque esse não é mais um bom gestor
907 para a USP, e ele fica lá ganhando R\$ 30 mil sem fazer absolutamente nada.
908 Gestor tem que ser professor; tem que haver essa coerência. Hoje sou
909 professor, na hora em que pulo para gestão, tenho que olhar onde estava -
910 quais as minhas dificuldades de laboratório, de sala de aula, e eu, como gestor,
911 tenho que ser um facilitador. Todo diretor deveria fazer um curso de diretor, de
912 três meses ou um mês, pela Escola USP de Gestão. Isso é fantástico. Fiz o
913 MBA em Gestão Pública e me proporcionou uma abertura monstruosa; penso
914 ser isso o que devemos fazer nesse aspecto. Com relação à ampliação de
915 discentes e dos servidores técnicos e administrativos, sou da opinião que deve
916 se abrir para todos os departamentos. Temos que ampliar a participação dos
917 discentes e dos funcionários nos conselhos departamentais.” **Cons. Phillippe**
918 **Pessoa de Santana:** “Além de representante discente da Pós-graduação,

919 estou até fevereiro do ano que vem, Coordenador Geral da Associação de Pós-
920 graduandos do Instituto de Química da USP. Em reunião aberta da
921 Coordenadoria, debatemos os temas que estão sendo discutidos aqui hoje e
922 tiramos um pequeno documento com algumas propostas, que vou anunciar
923 muito rapidamente. Elas tocam nos três temas e só vou me dar o direito de
924 anunciar e comentar sobre algumas delas. A respeito da ética, vou voltar a um
925 assunto que diz respeito ao assédio moral. Também gostaria que fosse
926 incorporada à ata, esse texto. Estou aqui encaminhando à CAECO e à
927 Secretaria Geral. 'A Associação de Pós-Graduandos do Instituto de Química da
928 Universidade de São Paulo (APG/IQ-USP) vem, por meio deste, apresentar
929 suas opiniões sobre o segundo bloco de discussões sobre as reformas do
930 Estatuto, acerca da ética na Universidade, eleição de dirigentes e sobre a
931 natureza, atribuições e composição dos órgãos colegiados. Estas posições
932 foram consensuadas pela coordenadoria da entidade em reunião aberta do dia
933 27 de outubro de 2014. A respeito da ética na universidade, a entidade acredita
934 que é necessário que sejam constituídas comissões de ética regionais, ao
935 menos uma por *campus*. A composição destas comissões devem levar em
936 conta diferentes áreas do conhecimento e deve ser paritária entre as categorias
937 de professores, funcionários, pós-graduandos e graduandos. Suas atribuições
938 e competências devem estar previstas em regimento próprio e, acerca de seu
939 funcionamento, as deliberações devem ser realizadas sempre pelo consenso
940 entre os membros, semelhante ao que ocorre em alguns órgãos da
941 Organização das Nações Unidas (ONU). Em relação à eleição de dirigentes, a
942 entidade entende que deve contemplar toda a comunidade universitária, com
943 paridade entre as categorias. Por fim, em relação às atribuições e composição
944 dos órgãos colegiados, a entidade defende que deve ser cumprido, no mínimo,
945 o determinado pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação nacional, em
946 seu artigo 56. Nesse cenário, a composição sugerida é de 70% reservado a
947 funcionários docentes, 10% a funcionários não docentes, 10% a graduandos e
948 10% a pós-graduandos. Na oportunidade, expressei votos de estima e
949 consideração. Artur Guazelli Leme Silva, Coordenador de Secretaria da
950 APG/IQ-USP e Phillipe Pessoa, Coordenador Geral APG/IQ-USP' Muito
951 rapidamente, não foi possível falar no primeiro bloco sobre ética, mas preciso
952 retomar, por solicitação dos pós-graduandos, um assunto que diz respeito, sim,

953 à ética. Relações institucionais, relações que às vezes envolve o orientador e o
954 pós-graduando. Em vários fóruns em que tive de participar e já tive
955 oportunidade de debater com o Guilherme Salles enquanto ele era membro da
956 Comissão de Ética do CNPq, entendemos que o assédio moral que ocorre na
957 relação do orientador com o pós-graduando pode ser institucionalizado. E
958 quando isso acontece, você amplifica o problema e ele acaba sendo
959 institucionalizado por conflito de interesses. Portanto, quando o assunto se
960 refere à relação entre membros da Universidade, seja pós-graduandos com
961 professores, pós-graduandos com funcionários, graduandos com professores,
962 enfim, entre pessoas, isso deve ser levado a uma comissão que não envolva
963 agentes da comunidade local. Então, deve ir, sim, a uma comissão de ética e,
964 em caso de conflito na comissão de ética local, para outra comunidade. É isso
965 que gostaria de apresentar sobre o tema. Em relação à eleição de dirigentes,
966 quero reforçar essa atenção que damos à participação de todos, porque todos
967 constroem essa Universidade. Se você tem um dirigente que se inscreve, que
968 vai apresentar um plano, vai fazer sua campanha, ele tem que pensar em todos
969 os membros da comunidade e não apenas em uma categoria exclusiva de
970 professores titulares da Universidade de São Paulo.” **M. Reitor:** “Quero chamar
971 a atenção para um fato que acho ser importante. Na manifestação do
972 Conselheiro Phillipe, que é representante dos estudantes de pós-graduação, a
973 preocupação dele com ética, claro que todos temos preocupação com ética,
974 mas no caso da pós-graduação, parece que há algumas questões que são
975 muito específicas e que tratam, principalmente, de uma relação que sempre é
976 de amor e ódio, entre o aluno e seu orientador e, às vezes, a administração do
977 próprio programa. Mas essa não é, talvez, uma questão para reformularmos a
978 estrutura propriamente da Comissão de Ética, mas quem sabe, um assunto
979 que merecesse consideração específica junto à Pró-reitoria de Pós-graduação,
980 na tentativa de mais possível normatizar e arbitrar essas relações quando elas
981 se tornam conflituosas.” **Cons. Antenor Cerello Junior:** “Volto à tribuna
982 apenas para um esclarecimento. O Professor Ciro me apresentou a proposta e
983 nela fica absolutamente claro que a proposta da ADUSP não é contra a
984 representação das entidades FIESP, FECOMERCIO, FAESP etc, mas em
985 relação a uma participação mais efetiva dessas entidades. Não apenas com
986 uma participação nesse egrégio Conselho, mas também através de um

987 conselho social, onde teria uma participação e uma voz mais ativa. Então,
988 como prometi ao Professor Ciro, estou fazendo esse esclarecimento à tribuna.”
989 **Cons. Gabriel Luís Scheffer Regensteiner:** “Vim apresentar a posição do
990 movimento estudantil que vem sendo construída nos últimos anos, sobre o
991 tema da estrutura de poder na Universidade e, especificamente, sobre os dois
992 temas que, na nossa opinião, são as contradições centrais hoje, nessa
993 estrutura e são responsáveis por boa parte dos problemas que temos tido na
994 Universidade no último período, inclusive essa crise de legitimidade dos nossos
995 representantes e dirigentes. O primeiro tema tem a ver com as eleições dos
996 dirigentes, que foi, inclusive, a reivindicação central da última greve estudantil,
997 em 2013, para que esse processo de eleição de dirigentes não fosse mais
998 restrito da maneira como é hoje, em que uma pequena parte da comunidade
999 universitária pode participar, mas que fosse feito com eleições diretas, em que
1000 toda comunidade universitária que tem interesse em quem será aquele que o
1001 irá representar nos próximos quatro anos, possa participar. A posição do
1002 movimento estudantil é de que as eleições deveriam ser feitas de maneira
1003 direta, com voto universal, com peso paritário às categorias e que cada
1004 categoria tivesse um terço do peso. Achamos que essa é a única maneira de
1005 resolver essa atual crise de legitimidade. Sabemos que em diversas
1006 universidades pelo Brasil já é feito o modelo de eleições diretas, e temos visto
1007 um resultado bastante satisfatório. Mas sempre que apresentávamos essa
1008 demanda de que a eleição deveria ser mais participativa, o contra argumento
1009 que nos era apresentado era de que isso seria uma coisa pouco eficaz, que
1010 prejudicaria a administração da Universidade. Mas, na verdade, a história tem
1011 nos mostrado que a última administração, que foi a mais centralizadora de
1012 todas, escolhida no segundo lugar da lista tríplice, na verdade, foi na
1013 contramão de qualquer eficácia na administração da Universidade. Então, essa
1014 tese de que um conselho mais restrito, com uma participação mais restrita seria
1015 o que garantiria a eficácia da administração da Universidade, caiu por terra. É
1016 só ver a atual crise financeira e política que a Universidade está passando, que
1017 é consequência direta, em grande parte, do que foi a última administração, que
1018 foi a mais centralizadora dos últimos tempos. O segundo ponto que o
1019 movimento estudantil quer deixar aqui, como um acúmulo e um
1020 questionamento, tem a ver com a composição dos colegiados. Achamos que

1021 hoje em dia, toda a estrutura da Universidade é feita de uma maneira que,
1022 desde as congregações até este próprio Conselho Universitário, que é o
1023 suprassumo desse questionamento que estamos fazendo, é muito pouco
1024 permeável à participação da comunidade universitária, especialmente dos
1025 estudantes, que nesse Conselho tem uma presença muito pequena, dos
1026 funcionários, e tem uma super representação de uma certa categoria dos
1027 professores, que são os professores titulares. Achamos que a disposição desse
1028 Conselho provoca uma distorção muito grande em relação ao que são os
1029 interesses do conjunto da comunidade universitária. Esse Conselho, por
1030 diversas vezes, tem tomado decisões que afetam diretamente os interesses do
1031 conjunto da comunidade universitária. De forma que consideramos ser urgente
1032 que comecemos a debater a reformulação do Conselho Universitário, de
1033 maneira que ele seja mais participativo. Foi colocado que existe uma lei
1034 nacional, Lei de Diretrizes e Bases, que institui um patamar mínimo de
1035 representação das categorias de estudantes, professores e funcionários, e que
1036 a USP tem se negado a avançar nesse sentido, porque sequer esse patamar
1037 mínimo de 70% de participação de professores, 15% de funcionários e 15% de
1038 estudantes é respeitado. Então, achamos urgente que sejam tomadas medidas
1039 no sentido de democratizar a participação da comunidade universitária.
1040 Achamos que essa é a única maneira para que a crise institucional em que a
1041 Universidade está enfiada comece a ser resolvida. Da parte dos estudantes,
1042 temos toda disposição de contribuir com o acúmulo que temos construído
1043 nesses últimos tempos e é essa a contribuição que queríamos deixar.” **Cons.**
1044 **Luiz Henrique Catalani:** “Primeiro gostaria de parabenizar a CAECO
1045 novamente, pelo magnífico trabalho. Tenho certeza de que não deve ser muito
1046 fácil fazer esse sumário para todos nós. Faço eco ao colega, acho que a
1047 disponibilidade dos documentos é um fator importante para sabermos as
1048 origens de cada proposta, isso fundamenta o nosso entendimento. Trago uma
1049 proposta do IQ que, aparentemente, não sei se ficou embutida ou não, mas ela
1050 se distingue do que tem vindo nesse púlpito até o momento. Ela é produto de
1051 um estudo feito pelo GT e depois apresentado à Congregação. Esse GT foi
1052 constituído de pessoas bastante ilustres, nomes conhecidos de todos:
1053 Professores Walter Colli, Hernan Chaimovich, Hugo Aguirre Armelin, José
1054 Manuel Riveros Nigra, todos ex-diretores do IQ e mais um grupo de docentes

1055 da Congregação do IQ, que fizeram um pequeno documento, que seria parte
1056 desse arsenal que os Conselheiros receberiam. 'Dos princípios - 'as
1057 universidades são instituições de sociedade civil constituídas para aprender,
1058 criar e transmitir o conhecimento, funções primordiais que as legitimam perante
1059 a sociedade. Essas funções são, predominantemente, exercidas pelo corpo
1060 docente, constituído por pessoas em diferentes estágios da carreira, na qual
1061 aqueles que galgaram as posições mais altas são os que têm mais experiência,
1062 decorrente de uma produção acadêmica científica, cultural ou artística. Então
1063 os postos de direção dos departamentos, das unidades e da própria
1064 Universidade devem ser exercidos pelos docentes, que demonstraram em sua
1065 vida acadêmica, dedicação ao ensino e à pesquisa', uma vez que o dirigente
1066 acadêmico não é um mero administrador de recursos e pessoal, mas alguém
1067 com visão cultural que permita traçar rumos consistentes com a função da
1068 Universidade e tomar decisões fundamentadas tão somente no mérito e na
1069 excelência acadêmica. Da composição dos colegiados, o texto segue: 'em
1070 decorrência dos princípios expostos, a maioria dos membros colegiados deve
1071 ser oriunda do corpo docente, com representação maior dos professores mais
1072 titulados, que são os que alcançaram posições mais elevadas pelo mérito
1073 acadêmico e pela experiência resultante do trabalho diuturno. Os docentes são
1074 escolhidos por concursos de provas e títulos, para ensinar e pesquisar, além de
1075 estabelecer políticas educacionais em suas áreas de especialização. São
1076 agentes indispensáveis para que a Universidade persiga na sua missão de
1077 pesquisar, inovar e ensinar. Salvo raras exceções, os docentes permanecem
1078 na instituição ate a aposentadoria e, portanto, possuem vínculo permanente
1079 com a instituição. Os estudantes, sejam de graduação ou de pós-graduação,
1080 são para quem a Universidade está voltada, a fim de formar quadros para os
1081 países, são escolhidos através processos de seleção para estudar, com o
1082 intuito de adquirir conhecimentos para sua futura vida profissional. Os
1083 servidores não docentes, que exercem importante atividade de meio, são
1084 selecionados para fins administrativos ou técnicos muito específicos, não lhes
1085 exigindo a formação requerida de um docente. Portanto, os servidores não
1086 docentes e os estudantes devem manter representações adequadas, a fim de
1087 expressar sugestões e alertar os órgãos colegiados para necessidades
1088 específicas. Fundamentada nessa análise, a Congregação do IQ é favorável à

1089 manutenção da atual composição dos colegiados, julgando que essa
1090 composição expressa princípios de mérito acadêmico e, ao mesmo tempo, dá
1091 aos diversos atores possibilidade de livre atuação e representatividade. Quanto
1092 à eleição dos dirigentes, julga que a forma atual de eleição obedece aos
1093 princípios expostos e pede a manutenção das regras atuais. Em face desses
1094 princípios, o IQ considera que a atual forma de escolha do Reitor oferece, às
1095 diversas unidades acadêmicas, a ampla possibilidade de se expressar sobre a
1096 gestão da Universidade, não havendo necessidade de alteração do quórum
1097 eleitoral'. Meu tempo esgotou, mas gostaria apenas de acrescentar que essa
1098 análise foi feita incluindo as recentes modificações que alteraram as eleições,
1099 tanto para Reitor quanto para Diretor, que são avanços consideráveis feitos ao
1100 final do ano passado e começo desse ano. E gostaria de lembrar que os
1101 discursos tão inflamados esquecem que o atual modelo da USP a levou a ser a
1102 melhor Universidade desse país e, segundo os rankings, a melhor
1103 Universidade da América Latina. De forma que, mudanças são bem vindas,
1104 mas elas devem ser feitas com bastante cuidado. Como dizia Clarice Lispector,
1105 'a direção é mais importante que a velocidade'." **Cons.^a Fabiana Marchetti:**
1106 "Vou falar de maneira mais geral sobre o que está colocado hoje e tocar
1107 diretamente na questão de eleição de representantes e dirigentes da USP.
1108 Acho que essa é uma demanda histórica, que não foi colocada por este Co,
1109 mas sim pelo movimento social da USP, que pensa como essa instituição tem
1110 se organizado de maneira fechada e restrita internamente e externamente
1111 também, pois essa Universidade, como uma instituição pública, deveria servir
1112 não só os que estão dentro, mas, também, a ampla maioria que está fora,
1113 excluída. Hoje fazemos esse debate sobre a democracia e é muito sintomático
1114 um atraso institucional e social da nossa Universidade. Alguns falam em voto
1115 direto, voto proporcional e outros temem que avancemos para o mesmo
1116 sentido em que já avançou a sociedade brasileira, a democracia - pelo menos é
1117 o que parece. Dentro da Universidade, ainda temos que debater o regimento
1118 disciplinar, vindo da ditadura militar, que também eu, como estudante de
1119 história, quero lembrar, já acabou no Brasil. A Universidade ainda não se
1120 adequou, minimamente, à realidade que está fora dela e esse é um problema
1121 que tem sido debatido pelo movimento social e que este Conselho, há algum
1122 tempo, não consegue responder. Mas eis que hoje estamos debatendo

1123 democracia neste Co e muitos sinalizam que querem transformar essa
1124 estrutura de poder. Por quê? Parece que nas falas as pessoas se esqueceram,
1125 mas iniciamos o ano com a bomba da crise orçamentária, que ainda não
1126 acabou, os dirigentes da Universidade não foram responsabilizados por ela e
1127 também não apontaram as saídas. As eleições para representantes e
1128 dirigentes da Universidade revelam esse atraso institucional e social da USP e
1129 acho que temos que reconhecer que este Conselho não dá conta de responder
1130 às necessidades internas colocadas pelas categorias e pela ampla maioria da
1131 Universidade, nem às questões externas a que a USP deve responder. Por
1132 isso, temos que refletir que hoje é um problema que o Co seja o órgão
1133 responsável para deliberar como encaminhar essa reforma. Inclusive, a fala
1134 que me antecedeu, que reivindica a manutenção da Universidade tal como ela
1135 é, foi amplamente aplaudida, talvez a mais aplaudida da sessão de hoje. A
1136 demanda por democracia na Universidade é um debate, em certo sentido,
1137 atrasado; estamos aqui discutindo democracia, enquanto ela já deveria existir.
1138 É bom que façamos esse debate, mas precisamos reconhecer que esse
1139 Conselho não dá conta da real demanda da Universidade e à demanda social
1140 que a USP tem que responder para cumprir a sua função na sociedade
1141 brasileira, junto àqueles que não estão aqui. Falando em atraso institucional e
1142 social, é bom lembrar que a USP é uma Universidade estatual que não respeita
1143 a LDB e também não faz um debate sério sobre cotas raciais na Universidade,
1144 prevista por legislação federal. Quero dizer, esse atraso social e institucional
1145 precisa ser sanado e não é este Conselho que tem a legitimidade que
1146 conseguiria responder, realmente, às necessidades que estão colocadas pelo
1147 corpo universitário, que é muito mais do que essa sala e que, com certeza,
1148 majoritariamente, é formado de discentes e trabalhadores da Universidade que
1149 estão aqui nitidamente sub-representados quantitativamente. Temos que
1150 discutir as eleições de dirigentes da Universidade pensando na democracia e
1151 reivindicar o congresso estatuinte paritário entre as três categorias, para que
1152 possamos caminhar, de fato, para uma democracia da USP, senão vamos ficar
1153 aqui aplaudindo aqueles que acham que a Universidade deve permanecer tal
1154 qual ela é hoje.” **M. Reitor:** “Como presidente deste Conselho, cabe-me
1155 reafirmar que, na minha visão e na visão majoritária da Universidade, sim, este
1156 Conselho Universitário, órgão máximo da Universidade, tem legitimidade para

1157 tomar decisões.” **Cons. Luiz Silveira Menna Barreto**: “Venho enfatizar uma
1158 proposta que emergiu da profunda crise que atingiu a USP, no seu *campus* na
1159 Zona Leste, a EACH. A crise que nos assola, foi uma sucessão de equívocos,
1160 em que a questão da contaminação do solo, que ainda permanece carente de
1161 uma solução mais duradoura, nos levou a refletir sobre a possibilidade e, mais
1162 adiante, a necessidade, ainda no ano de 2013, de afastamento do então Diretor
1163 da Unidade, Prof. Boueri. Então descobrimos que não existe nos regimentos,
1164 estatutos, em lugar nenhum da Universidade, a previsão daquilo que se chama
1165 de impeachment, de impedimento do mandato de um dirigente. Nas palavras
1166 do ex-Reitor Rodas, aprendemos que nem ele, Rodas, poderia demitir o Prof.
1167 Boueri, o que nos escandalizou profundamente, dado o volume de evidências
1168 de má gestão que se acumularam, gestão catastrófica do então diretor.
1169 Gostaria, então, de solicitar a máxima atenção desse Colegiado na perspectiva
1170 da inclusão do item 1.4, que prevê a figura do impedimento ou do
1171 impeachment, desde que, obviamente, sancionado por um número significativo
1172 - sugerimos 2/3 do colegiado maior da entidade atingida ou dirigida por aquele
1173 dirigente que esteja sob suspeita de má condução, má administração. E, por
1174 último, uma declaração de princípios que me preocupa bastante, que se refere
1175 diretamente ao que tenho escutado nas últimas falas, a USP não pode
1176 continuar excluindo a participação de estudantes e funcionários, para depois
1177 dizer que essa participação não é boa. Isso cria uma armadilha, pois quando a
1178 participação acontece, geralmente, é de uma forma minoritária e que só tem
1179 como perspectiva a derrota, em qualquer colegiado, que se opõe àquelas
1180 propostas. Parece-me que a USP tem que ousar, avançar no sentido de abrir
1181 os seus colegiados a uma representação mais condizente com as funções
1182 sociais da Universidade e menos centrada no seu próprio umbigo.” **Cons.^a**
1183 **Mariana Nunes de Moura Souza**: “Na verdade, tinha pensado uma outra fala,
1184 mas diante da colocação do Diretor do IQ, vou ter que mudar um pouco o que
1185 tinha pensado em falar. Já estamos aqui a quase duas horas discutindo e
1186 debatendo as propostas que foram apresentadas e, pelo que entendi, a única
1187 pessoa que veio aqui colocar um posicionamento contrário às mudanças que
1188 estão ocorrendo ou que estão para ocorrer na Universidade, foi o Professor do
1189 IQ. Apesar de discordar do que ele diz, acho importante ter vindo se posicionar,
1190 porque estou me sentindo um pouco em uma assembleia de estudantes.

1191 Enquanto têm algumas pessoas que se posicionam claramente, outras
1192 pessoas já estão com a posição tomada e não vêm falar, é isso que está me
1193 preocupando nesse momento. Inclusive, gostaria de convidar as pessoas que
1194 têm posicionamentos diferentes a vir aqui se expressar, para que o debate
1195 realmente aconteça. Em segundo lugar, já discordando do posicionamento do
1196 Professor do IQ, não acho que tenha sido a atual estrutura da Universidade
1197 que trouxe a USP até onde ela está hoje. Sou de uma compreensão um pouco
1198 mais dialética da história e acho que o que trouxe a USP onde está hoje foi a
1199 estrutura na qual ela se encontra, junto com a luta contra essa estrutura. O fato
1200 de existirem movimentos dentro da Universidade que fazem pressão pela sua
1201 democratização, garantiram aumentos importantes no orçamento, na década
1202 de 90. E foram esses orçamentos que, inclusive, permitiram a ampliação da
1203 Universidade, com aporte de mais recursos para pesquisa, sendo que as notas
1204 que os programas têm hoje, também são devidas a esse aumento dos
1205 recursos. Meu tempo está acabando, estou aqui como representante da pós-
1206 graduação e já coloquei o que queria: o posicionamento firme em apoio à
1207 estatuinte, à eleição direta para diretores e dirigentes da Universidade, à
1208 ampliação da representação nos colegiados, com especial atenção à sub-
1209 representação da pós-graduação em diversos colegiados da Universidade, mas
1210 também queria falar de uma terceira coisa que tem preocupado a pós-
1211 graduação e que foi discutido durante as eleições dos representantes da pós-
1212 graduação, que aconteceram na semana retrasada, diz respeito à quantidade
1213 de estudantes estrangeiros dentro da nossa Universidade, especialmente que
1214 vêm fazer mestrado e doutorado inteiros e que têm pouco apoio da
1215 Universidade, inclusive sofrendo discriminação, não só de outros estudantes,
1216 mas, também, de professores. Voltando um pouco na discussão sobre ética,
1217 gostaria que o Estatuto da Universidade tomasse uma posição firme contra a
1218 discriminação, não apenas de mulheres, mas de estudantes estrangeiros,
1219 contra a discriminação pela cor da pele e social. É claro que o fim da
1220 discriminação na Universidade não vai acontecer estatutariamente, não tenho
1221 essa ilusão, acho que o fim dessa discriminação acontece neste Conselho,
1222 convencendo os diretores e dirigentes dessa Universidade de que a
1223 discriminação acaba com as relações sociais na USP e que cada um dos
1224 dirigentes têm a responsabilidade de levar essa discussão, tanto para seus

1225 professores, quanto para seus alunos, quanto para seus funcionários.” **M.**
1226 **Reitor:** “Quero fazer dois comentários. Acho que o fim da discriminação não
1227 começa nesse Conselho, mas sim em casa, na creche, na educação básica e é
1228 trazido para cá, portanto, são questões que vão mudando muito lentamente,
1229 são comportamentais. Claro que as regulamentações, as regras, podem
1230 contribuir para isso e temos que aperfeiçoar as campanhas e assim por diante.
1231 Sobre a segunda questão, penso ser mais preocupante para mim, como Reitor,
1232 saber disso, e é bom que a Pró-reitora de Pós-Graduação saiba, pois se há
1233 algum tipo de discriminação contra estudantes estrangeiros, gostaríamos de
1234 conhecer casos concretos muito claramente, para que fossem resolvidos,
1235 porque essa não é, absolutamente, a política, nem da Reitoria, nem da Pró-
1236 reitoria de Pós-Graduação.” **Cons. Marcos Nogueira Martins:** “Pedi a palavra
1237 para fazer um pedido de desculpas ao Prof. Carlos e à CAECO, porque os
1238 acusei de não terem disponibilizado os documentos no site e a Jurema me
1239 chamou ali no cantinho e me mostrou no site, onde é que estavam esses
1240 documentos. Claro que o da Física não estava lá, mas quero pedir,
1241 publicamente, desculpas pela acusação de falta de transparência, acho que a
1242 incompetência junto com a paranoia deu uma mistura explosiva, e peço
1243 desculpas. Queria aproveitar que estou aqui para fazer uma pergunta, porque
1244 estou um pouco confuso: como é que vai ser o encaminhamento da
1245 deliberação? Tenho ouvido manifestações sobre os assuntos mais variados,
1246 apontando nas mais diversas direções, cada um sobre um tema e estou
1247 curioso para saber como é que vamos deliberar depois sobre isso.” **Cons.**
1248 **Jefferson Antonio Galves (aparte):** “Fico muito feliz com o seu retificativo,
1249 porque hoje ouvi várias acusações que acho que não têm fundamento. Somos
1250 chamados de oligarcas, farsantes, autoritários, podres, machistas. A questão
1251 do podre foi até aplaudida. Outra coisa, não conheço nenhum caso de
1252 discriminação de estrangeiros na USP. Chamo-me Galves, que não é
1253 brasileiro, na Mesa tem um ‘Agopyan’ e um ‘Zago’.” **Secretário Geral:** Tem um
1254 ‘Poveda’, que nasceu na Espanha também.” **Cons. Jefferson Antonio Galves**
1255 **(aparte):** “Somos todos estrangeiros. Meus orientandos de doutoramento dos
1256 últimos anos, tem uma minoria de brasileiros, tenho franceses, argentinos, tem
1257 tudo. Minha esposa é francesa - ela é professora da UNICAMP - paga pelo
1258 CNPq. Quero dizer, o Brasil tem uma política de acolhimento de estudantes

1259 pesquisadores que é exemplar. A USP foi a primeira Universidade no Brasil
1260 que aceitou professor titular estrangeiro, foi o Prof. Pablo Ferrari, meu aluno,
1261 argentino. Lembro-me de uma reunião da Academia Paulista de Ciências, em
1262 que o Professor Cesar Timo-laria falou para o Reitor da época: 'Reitor, essa
1263 universidade foi fundada por estrangeiros, os titulares podem ser estrangeiros.'
1264 Enfim, fico muito feliz que, finalmente, alguma coisa dita aqui tenha sido
1265 retificada, a base da ética e da governança é o respeito mútuo entre nós todos,
1266 não podemos ficar acusando. Sei que há problemas de violência no campus,
1267 mas quando a Reitoria tem a ideia de chamar a polícia, dizem que ela está
1268 ocupando militarmente, como se fosse o governo militar. O que vamos fazer,
1269 pegar bordões nós todos, de fazer a milícia? Há um pouquinho de incoerência
1270 nos discursos." **M. Reitor**: "Vou fazer dois comentários. Um sério e outro talvez
1271 achem graça. O sério é que, de fato, o Conselheiro Galves lembrou muito bem,
1272 foi a Universidade de São Paulo, em mais de uma iniciativa, que rompeu a
1273 regra que havia se estabelecido durante o regime militar, de que estrangeiros
1274 não podiam ocupar posição de professor titular nas nossas universidades. A
1275 segunda, é que ontem tivemos uma mesa redonda extremamente interessante,
1276 com representantes da imprensa e um deles apontando os nossos numerosos
1277 defeitos - e o rosário é enorme. Falou que o site da USP se equipara ao site
1278 informativo do governo da Coréia do Norte. Então, Professor Marcos, não é
1279 surpreendente que exista alguma coisa no site da USP que não achemos,
1280 porque, realmente, é difícil achar, concordo. Precisamos nos reformular e, às
1281 vezes, está na cara, mas precisa que alguém chegue e diga que precisa
1282 mudar. Estamos encerrando esta fase, porque temos mais um tópico a ser
1283 discutido e temos inscritos." **Cons.^a Marcela Silva Carboni**: "Queria começar
1284 esse tema, lembrando que no dia 1^o de outubro do ano passado, o Co se
1285 reuniu, justamente, para debater a escolha dos dirigentes, escolha do Reitor -
1286 porque chamar de eleição parece até uma piada. E, de maneira vergonhosa, as
1287 propostas que apareceram naquele dia são as mesmas que estão aparecendo
1288 hoje, sendo que a insatisfação com relação a essas propostas fez com que
1289 uma série de estudantes ocupasse este prédio, como forma de manifestação
1290 política, de maneira que muitos tiveram que sair escoltados daquele Co. Os
1291 estudantes expressaram, naquele dia, que estavam insatisfeitos com o fato
1292 desse pequeno grupo de pessoas, que compõem o Co, tomasse as decisões

1293 sobre a mudança na eleição do Reitor, porque estavam reivindicando mais
1294 democracia na Universidade, além de constatarem que essa estrutura de poder
1295 é absolutamente arcaica e antidemocrática. Nesse sentido, é preciso que
1296 escutemos o conjunto da Universidade, que depois desse dia gerou uma greve
1297 de estudantes de mais de 80 cursos, em que todos debatiam e eram a favor de
1298 uma mudança de fato, que democratizasse a USP. A reivindicação não era por
1299 diretas com uma participação mínima, mas com uma participação ampla de
1300 todas as categorias. Não é porque os estudantes vão ficar 4 anos na
1301 universidade que não devem participar, até porque tudo o que acontece aqui
1302 pode me afetar profissionalmente para o resto da vida. Isso vai afetar lá fora
1303 também, então, não tem nenhum problema os estudantes, só porque têm
1304 menos tempo de Universidade, terem uma participação tão ampla quanto a de
1305 professores e quanto a de funcionários - que nesse caso, também é bastante
1306 ínfima. Além disso, temos que ter bastante cuidado com o que falamos, porque
1307 esse discurso de que o autoritarismo leva ao desenvolvimento era da ditadura
1308 militar e não queremos reproduzir isso aqui dentro. Não vemos se a
1309 Universidade é boa ou ruim através de ranking, que tem seus parâmetros
1310 bastante enviesados, na minha opinião, uma Universidade é boa quando
1311 atende às verdadeiras necessidades da população, e é nesse aspecto que a
1312 USP precisa ser transformada, precisa ser melhorada. A ditadura já acabou faz
1313 muito tempo e não queremos reproduzir nada parecido, nenhum tipo de
1314 autoritarismo e falta de democracia dentro da USP.” **Cons. José Roberto**
1315 **Castilho Piqueira**: “De um modo geral, as falas aqui foram bastante
1316 interessantes, todas elas no sentido de melhorar nossa Universidade, que já é
1317 muito boa, porque quem olha de fora começa a achar que a USP é muito ruim,
1318 uma catástrofe ou coisa do gênero, principalmente sob os olhos da imprensa,
1319 que não noticia um monte de coisas boas que acontecem aqui todos os dias,
1320 se preocupa sempre com as coisas ruins. Mesmo assim, gostaria de fazer
1321 alguns reparos. Primeiro, que se tem alguém que combateu o regime militar
1322 dentro dessa sala, está da terceira ou quarta fileira para a frente, está por aqui.
1323 Os que combateram o regime militar estão hoje aqui como professores titulares
1324 etc., depois de muita luta - não esqueçam isso. Muitos falam sobre regime
1325 militar sem saber o que foi isso, lembro-me quando o ministro Paulo Vannuchi
1326 esteve aqui e uma aluna do Diretório dos Estudantes disse a ele que a

1327 Universidade usava os mesmos métodos do regime militar. Ele, que tinha sido
1328 torturado no regime militar, calmamente disse a ela: ‘você não sabe os
1329 métodos do regime militar’. Vamos tomar um pouco de cuidado quando alguém
1330 tenta nos equiparar ao regime militar, somos os combatentes desse regime.
1331 Essa é a primeira coisa que eu gostaria de resgatar. A segunda coisa, é que
1332 estamos falando de uma Universidade e não de um time de futebol, de uma
1333 loja, de um comércio, de um supermercado ou coisa do gênero e tampouco de
1334 um monastério. A Universidade não pode ser um monastério e também não
1335 pode ser um supermercado, porque as pessoas se dividem, tem uns que
1336 acham que a Universidade deveria ser um monastério e outros que acham que
1337 deveria ser um supermercado, não é para ser nem uma coisa, nem outra. É
1338 para ter uma ação integrada com a sociedade, é para ter um trabalho integrado
1339 com a indústria, etc. E para isso ela precisa ter critérios de excelência, qualquer
1340 discussão aqui passa por critérios de excelência acadêmica e excelência
1341 acadêmica pressupõe meritocracia, então queria dizer que este Co é legítimo
1342 sim. Essas pessoas que estão aqui trabalharam a vida inteira, fizeram muita
1343 coisa, produziram muito conhecimento e não estão aqui a toa, tem legitimidade
1344 sim, por critérios acadêmicos e meritocracia, por trabalho e não por conversa
1345 mole. Então a segunda coisa que quero resgatar é a nossa legitimidade. Queria
1346 completar outra coisa, aproveitando o que a estudante acabou de dizer, é que
1347 as coisas que acontecem aqui nos afetam para o resto da vida. É verdade,
1348 antigamente quando alguém dizia ‘um estudante da USP’ todo mundo falava
1349 ‘puxa é um estudante da USP, é alguém que enfrentou um vestibular
1350 duríssimo, está trabalhando bastante, estudado bastante’. Experimente falar
1351 para o seu vizinho hoje ‘fulano é estudante da USP’ e vamos ver o que ele
1352 pensa. A imagem dos estudantes da USP está afetada sim, por uma porção de
1353 coisas que acontecem aqui e que estão fora do controle dos professores
1354 titulares, pois foram providas pelos próprios estudantes. Os estudantes da USP
1355 têm uma participação importante na decadência na sua imagem, portanto
1356 vamos pensar em fazer um novo estatuto com excelência acadêmica e com
1357 meritocracia.” **M. Reitor**: “Passamos ao terceiro item: **Natureza, atribuições e**
1358 **composição dos colegiados**. Prof. Carlos, por favor.” **Cons. Carlos Alberto**
1359 **Ferreira Martins**: “Esse foi talvez o tema que nos deixou maiores dúvidas
1360 sobre o formato da organização de subtemas, pois eles são muito imbricados,

1361 as propostas diziam respeito tanto à composição, natureza e missões dos
1362 atuais órgãos colegiados da Universidade, quanto à sugestão de criação de
1363 novos órgãos colegiados, de forma que essa não foi uma sistematização muito
1364 simples. De qualquer maneira, há uma manifestação recorrente de várias
1365 unidades, no sentido da ampliação da representação discente e de servidores
1366 técnicos e administrativos para todos os colegiados e aqui, mais uma vez se
1367 apresenta o leque de propostas de composição proporcional, 70-15-15, 60-20-
1368 20, paridade, entre outros. Há, também, propostas no sentido do entendimento
1369 de que o atual regramento é adequado. A questão da representação
1370 proporcional varia em determinadas propostas; dependendo do grau do
1371 colegiado, não é, necessariamente, a mesma em se tratando do Co ou de
1372 Congregação, ou de Conselho de Departamento. Aparentemente, há uma
1373 preocupação grande, sobretudo, no sentido de garantir a presença de
1374 representação discente de pós-graduação em colegiados que são menores e
1375 que, pelo atual regramento, há preferência à representação da graduação.
1376 Esse é um ponto que gostaria de chamar atenção, porque, evidentemente,
1377 dada a importância da pós-graduação na USP hoje, é algo que merece nosso
1378 juízo, nossa atenção específica. Independentemente da definição dos números
1379 da proporcionalidade, entendemos que esse é um aspecto que deve ser
1380 considerado: garantir, no mínimo, uma representação da pós-graduação em
1381 todos os órgãos colegiados. Sabemos que hoje, em um Conselho de
1382 Departamento, dependendo do tamanho, há precedência do aluno de
1383 graduação e parece que a situação da Universidade hoje demanda,
1384 efetivamente, repensar essa questão. Uma segunda questão geral que aparece
1385 em relação à composição dos conselhos é, em alguns casos, a proposta de
1386 separação entre o cargo de gestão e a presidência do Conselho. Em
1387 determinadas propostas, surge a ideia de que os conselhos elejam seus
1388 próprios presidentes e que sejam funções separadas do cargo de gestão
1389 executiva. Assim, há propostas de separar o Reitor da figura do presidente do
1390 Co ou separar a figura do diretor da figura do presidente da Congregação, esse
1391 é um tema a ser avaliado também. Comparece com muita força a reivindicação
1392 dos Museus e Institutos Especializados, de revisão do formato da sua
1393 representação no Co e nos Conselhos Centrais. Hoje, como sabemos, essa
1394 representação se faz pelo intermédio de um representante dos Museus, um

1395 representante dos Institutos Especializados e há uma demanda, aliás comum,
1396 eles trabalharam bem articulados e encaminham em comum a proposta de que
1397 isso seja revisto. A partir daí, há um conjunto de propostas que entram em
1398 níveis mais detalhados de composição e que não seria o caso de ficar aqui
1399 repetindo. Há uma preocupação muito grande também, em várias propostas,
1400 no sentido de articular a reflexão sobre natureza, composição e atribuições dos
1401 colegiados, numa perspectiva de descentralização, ou seja, definir de maneira
1402 mais clara que os Conselhos Centrais, com o Co à frente deles, evidentemente,
1403 foquem mais a sua atividade em diretrizes gerais, em políticas para a
1404 Universidade, no processo de planejamento e que esse foco mais centrado
1405 tenha como elemento de compensação, de equilíbrio, uma autonomia maior
1406 das unidades, portanto, isso se expressa também na própria definição das
1407 atribuições dos colegiados de unidades. Há, também, indicações no sentido de
1408 refletir um pouco melhor sobre a divisão de atribuições entre CTAs e
1409 Congregações, sendo uma das propostas mais explícitas, a ideia de transferir a
1410 responsabilidade pela aprovação orçamentária do âmbito dos CTAs para o
1411 âmbito das Congregações. Chega a haver uma proposta, inclusive, de
1412 supressão simples do CTA, mas, no geral, parece que há uma necessidade,
1413 nas Unidades, de refletir sobre a relação de atribuições entre CTA e
1414 Congregação. Por fim, já foi indicado, sobretudo na fala do Professor Ciro, mas
1415 há um conjunto de propostas no sentido da criação de novos órgãos
1416 colegiados, hoje inexistentes no nosso formato de gestão. Em particular,
1417 chama atenção a ideia de criação de conselho de planejamento, de conselho
1418 curador independente, a ideia de um conselho de gestão e de um conselho
1419 social, que foi aqui detalhado pelo Professor Ciro ou, ainda, a ideia da criação
1420 do conselho orçamentário. De qualquer maneira, chama a atenção para o fato
1421 de que existe em comum a ideia de que esses são conselhos que deveriam ter
1422 uma participação mais ampla da sociedade externa à Universidade e, em geral,
1423 isso particularmente é explícito na ideia do conselho social, eles teriam um
1424 caráter consultivo e de elaboração de propostas a serem submetidas ao Co,
1425 que em todas as sugestões, continua considerado o órgão máximo e soberano
1426 de gestão da Universidade.” **Cons. Phillipe Pessoa de Santana:** “Dirijo-me ao
1427 Magnífico Reitor para pedir consideração, que não faça comentários ou
1428 emissão de opiniões a cada fala ou que tente não fazê-lo sempre, porque

1429 desse modo sua opinião acaba convencendo os dirigentes e não promove a
1430 reflexão. Sei que tem direito, conheço o Regimento, apenas estou pedindo uma
1431 consideração, no caso especial dessas discussões sobre o regimento, que se
1432 pense se isso não seria importante. Considero as opiniões interessantes,
1433 gostaria de recebê-las ao final da reunião, mas não durante a discussão,
1434 porque ela é de profunda importância e seria interessante que todos os
1435 dirigentes pudessem refletir, para haver um dialogo no Co. E sem delongas,
1436 quero fazer uma defesa, sobre a permissão da participação de discentes e de
1437 funcionários não docentes nos órgãos colegiados. Particularmente, em relação
1438 à participação de discentes, é comum o argumento de que eles seriam muito
1439 imaturos, não teriam condição de tomar decisões importantes para USP. Não
1440 compartilho dessa opinião e acho que deveríamos mudar essa postura. Muitos
1441 de vocês já devem ter cuidado de crianças, devem ser pais ou, talvez, devem
1442 acompanhar até a criação de seus netos, e uma coisa da Psicologia é que se
1443 você trata uma criança como uma criança, terá um comportamento imaturo que
1444 se espera de uma criança. Se você, no entanto, dá a ela a oportunidade de
1445 tomar decisões, você terá um comportamento mais maduro, porque ela está ali
1446 com responsabilidade. Gostaria que os dirigentes pensassem sobre como
1447 mudar essa composição, isso é importante, no sentido corresponsabilizar
1448 funcionários, corresponsabilizar os graduandos e pós-graduandos, no âmbito
1449 da Instituição. É até comum, vocês já devem ter falado isso para seus filhos
1450 'espera você ser pai, porque quando você tiver que cuidar de uma criança,
1451 você vai tomar outras posturas'. Nesse sentido, é importante pensar sobre
1452 como você pode ajudar a USP a crescer, gostaria que tivéssemos uma
1453 Universidade que compreende a necessidade de participação dos estudantes e
1454 dos funcionários. E a outra questão é em relação à composição dos conselhos
1455 universitários mesmo. Todo mundo sabe, que em um jogo de futebol, se o time
1456 começa com um expulso - com 10 - ele tem muito mais chance de perder.
1457 Quero reiterar a necessidade de termos uma composição mais igualitária dos
1458 conselhos, o que pedimos é que, no mínimo, seja respeitada a Lei de Diretrizes
1459 e Bases, porque consideramos que os docentes passam toda sua carreira
1460 dentro da USP, mas as contribuições das outras categorias são importantes,
1461 não só porque essas categorias têm contato com a sociedade, mas isso
1462 acontece. Muitas vezes, estamos aqui imersos na realidade acadêmica,

1463 quando funcionários e discentes trazem outras experiências, eles vão para o
1464 mercado de trabalho, eles têm outros contatos, outras vivências, então
1465 devemos ampliar esta participação. Há duas maneiras de deliberar em um
1466 órgão colegiado, ou pelo menos duas mais comuns que quero citar. Em uma
1467 delas delibera-se por maioria, afere maioria, seja o método qual for e tem-se
1468 uma decisão. A outra delas é uma deliberação por consenso, que é mais difícil,
1469 porque demanda um diálogo, que se reavalie os posicionamentos iniciais de
1470 todas as partes, para chegar em uma proposta que contemple melhor todos os
1471 partícipes. Na deliberação por maioria, simplesmente afere-se maioria, sem
1472 precisar fazer reformulação nenhuma da sua proposta inicial. Desse modo,
1473 quando a Congregação ou outros órgãos já têm uma ampla maioria de
1474 professores titulares é muito mais fácil que sua proposta inicial seja aceita, por
1475 isso seria interessante revisar a composição, no sentido de que tenhamos mais
1476 diálogo, mais discussão e mais elaboração das propostas na USP.” **M. Reitor:**
1477 “Contrariamente à opinião do Conselheiro Phillipe, vou exaurir a minha opinião.
1478 E quero chamar a atenção para um fato, que não só é um privilégio estatutário,
1479 é uma responsabilidade. Vejam que tomei, durante essa sessão, o máximo
1480 cuidado para não interferir nas questões em essência que estavam em
1481 discussão, não falei a respeito de composição de conselhos, não falei de
1482 processo eleitoral, mas chamei a atenção de uma Conselheira para a
1483 responsabilidade pessoal de, em público, no Co, dizer que houveram fraudes
1484 em licitações, chamei a atenção para a questão de que discriminação contra
1485 estudantes estrangeiros não é, como fazia parecer a fala da Conselheira, uma
1486 política pela qual a Universidade não se interessa, pelo contrário, chamei a
1487 atenção sobre isto ser uma distorção que deve ser corrigida. Se olharem para
1488 essa Mesa, dos cinco componentes, apenas dois nasceram no Brasil, então, se
1489 isto ocorre é um erro que precisa ser corrigido e trazido ao nosso
1490 conhecimento. Porém, isso não tem nada a ver com o processo nesse
1491 momento em discussão, não interferi e minhas palavras nunca trouxeram peso
1492 sobre nenhuma das questões de fundo, apenas sobre falas como aquelas que
1493 disseram que o Co não tem legitimidade, ele tem sim. Se passássemos a
1494 discutir a legitimidade de todos os representantes que aqui estão e dos
1495 respectivos processos eleitorais, teríamos um longo caminho pela frente.
1496 Então, nestes aspectos e sem interferir nas questões essenciais que estão

1497 coordenadas pelas CAECO, o Reitor vai continuar se manifestando.” **Cons.**
1498 **Adalberto Fazzio:** “Gostaria de fazer algumas observações ao meu colega da
1499 CAECO e dizer que estamos discutindo a criação de um Estatuto. Já passei
1500 por isso, já falei aqui diversas vezes e em uma universidade menor. Temos que
1501 focar no Estatuto. Quando colocamos a palavra ‘ética’, não podemos discutir o
1502 Regimento e nem discutir as ações que têm contra a ética, precisamos tomar
1503 cuidado, caso contrário não teremos um fim. Se cada um vier aqui aparecer e
1504 fizer um discurso, isso vai ficar muito complicado. Temos que chegar
1505 pontualmente ao que é o estatuto, que é uma estrutura básica, que dele se
1506 origina o regimento e outros pontos da Universidade, senão vamos ficar aqui
1507 até 2020. É assim que se constrói um Estatuto. Dessa forma, quando
1508 colocamos aquelas palavras iniciais, que parecem amplas, temos que, depois,
1509 no regimento, colocar as outras especificações, senão vamos ficar aqui nos
1510 belos discursos e não vamos chegar a ponto nenhum. Gostaria de colocar um
1511 ponto que você deveria ter mencionado e que acho importante e tenho
1512 chamado a atenção. Esse ponto é que deveríamos incluir a palavra ‘inovação’
1513 nessa formação dos órgãos. Por exemplo, comissão de pesquisa e inovação
1514 ou comissão de cultura e inovação. Faço essa proposta de colocar a palavra
1515 ‘inovação’, que foi bastante discutida no Instituto de Física e depois de muita
1516 discussão, existe lá quase que uma unanimidade. Acho que essa é uma
1517 discussão que tem que ser colocada, portanto, minha contribuição é para que a
1518 palavra ‘inovação’ seja incluída.” **Cons. Sergio Persival Baroncini Proença:**
1519 “Na Escola de Engenharia de São Carlos sou responsável por conduzir a
1520 discussão sobre a Governança, até criamos um site que está disponível, cujo
1521 endereço é: <http://www.eesc.usp.br/governanca>. E lá estão todas as
1522 contribuições que estamos recolhendo, portanto, procuro fazer a síntese dessa
1523 discussão. Tivemos uma discussão em 30 de outubro a respeito dos temas
1524 dessa nossa reunião, de forma que vou trazer a vocês, com relação à natureza
1525 e composição dos colegiados, o que foi discutido e o que acho que vale a pena
1526 colocar para consideração de todos. Há dois aspectos que foram discutidos
1527 que estão na base, digamos, da natureza e composição dos colegiados. Um
1528 primeiro aspecto é a missão da Universidade. O conceito de missão de
1529 Universidade precisa estar muito claro e muito bem discutido entre todos,
1530 porque é a partir desse conceito que a representação acadêmica deve ser

1531 discutida. A ideia é mais ou menos a seguinte: a ampliação da representação
1532 nos colegiados - sua definição deve ser discutida levando-se em conta o papel
1533 de cada categoria, sob o ponto de vista da condução da Universidade e
1534 realização de sua missão. Portanto, a definição de missão está por trás de tudo
1535 e é o que deve prevalecer quando se for discutir as representações e
1536 proporções por categorias. No nosso entender ficou claro que no cumprimento
1537 da missão, a categoria docente tem uma preponderância de maioria em termo
1538 de representação. Esse é um primeiro aspecto. Um segundo aspecto também
1539 diz respeito às representações - achamos importante que cada unidade e
1540 depois, por consequência, cada departamento, tenha seu projeto político
1541 pedagógico bastante definido, porque ele vai ser o norteador dos rumos do
1542 compromisso da Administração. É importante que a composição das
1543 comissões reflita uma maturidade acadêmica, necessária para cumprir os
1544 objetivos dos projetos políticos pedagógicos. Portanto, é importante que
1545 pessoas experientes e com méritos acadêmicos possam, pelo menos, liderar
1546 essas comissões. Então são dois aspectos fundamentais: missão da
1547 Universidade, por um lado; e projeto político pedagógico de cada unidade, de
1548 cada departamento, norteando os rumos de definição do que venha a ser a
1549 condição da Universidade. O último aspecto que gostaria de trazer aos
1550 senhores, que foi lá ponderado, entre outros, é sobre um ponto que está na
1551 síntese que a CAECO elaborou, indicando que os pró-reitores são indicados
1552 pelo reitor e homologados pelo Conselho Universitário; neste aspecto,
1553 concordamos completamente por uma questão exatamente da missão. O
1554 Reitor, ao ser eleito, é eleito a partir de um projeto, de uma proposta de
1555 trabalho que naturalmente deve ser consistente com o cumprimento da missão,
1556 portanto; se ele foi aprovado para aquilo, é importante que ele tenha condições
1557 de, em sua administração, realizar aquilo. Assim, seus pró-reitores,
1558 administrativamente, são pessoas de confiança, mas pessoas essenciais para
1559 isso. O que abordamos também é que isso possa passar para as Unidades, no
1560 seguinte sentido: os diretores possam indicar os presidentes das comissões de
1561 pesquisa, extensão, pós-graduação e etc. Porque há um projeto político
1562 pedagógico de cada unidade e cada diretor é eleito a partir de propostas
1563 consistentes, com isso, uma vez aprovadas, para ele cumprir bem esse
1564 objetivo ele precisa de assessores neste sentido. Obviamente, ele pode fazer

1565 essas indicações, que devem ser homologadas pelas congregações. Então,
1566 basicamente, no tema natureza e composição do colegiado, eram esses
1567 aspectos que gostaria de trazer que foram ponderados na nossa reunião.”

1568 **Cons. Guilherme Luis Desiderio:** “Venho primeiro agradecer por poder falar
1569 na terceira reunião do Conselho que participo, pois nas outras duas não tive
1570 essa oportunidade. Primeiro quero colocar meu posicionamento em relação à
1571 composição dos colegiados, porque, às vezes, colocamos que a participação
1572 discente precisa ser ampliada, assim como a dos servidores técnicos e
1573 administrativos, mas parece que é algo distante e simplesmente picuinhas
1574 dessas categorias. Acompanhei e participei da reestruturação curricular de meu
1575 curso, Engenharia de Produção, e a experiência que tive, como representante
1576 discente da CoC do curso, foi bem ruim. Em um ano se tentou aprovar uma
1577 série de mudanças na estrutura do curso que, inclusive, criou uma nova
1578 carreira e um novo código de curso para a FUVEST. Tal processo foi tocado
1579 rapidamente, por mais que fizéssemos as intervenções e tentássemos discutir
1580 os ramos do curso, tudo isso foi ignorado, então acabamos apelando para uma
1581 carta aberta, elencando diversos pontos que discorria sobre os problemas das
1582 propostas e a falta de discussões sobre elas e, só assim, apresentando uma
1583 carta dessa natureza, conseguimos interromper essa aprovação para haver
1584 mais espaço para discussão. E, mesmo assim, não conseguimos obter
1585 propostas condizentes com aquilo que os estudantes estavam reivindicando.
1586 Chegamos a passar pela situação de o Chefe do Departamento da Engenharia
1587 de Produção dizer que tínhamos uma universidade democrática e que nós,
1588 nessas comissões, temos o poder de convencimento dos participantes das
1589 comissões. Temos que concordar que um aluno e nove professores, por mais
1590 que consigamos ter bons argumentos para convencê-los, na prática, o que
1591 acaba prevalecendo é o corporativismo. Experimentamos isso na Engenharia
1592 de Produção onde quem estava à frente das mudanças colocou disciplinas que
1593 eram de mais agrado de sua área de pesquisa. Nesse sentido, vemos que
1594 existe um certo descompasso. O *Campus* de São Carlos passou por essa
1595 experiência no ano passado, entre o que a comunidade reivindica e aquilo que
1596 os colegiados discutem ou deliberam ou as ações que são tomadas em
1597 seguida. Nem sempre o que é deliberado se verifica na prática. Isso fica claro
1598 quando sofremos uma intervenção do Ministério Público no *Campus* de São

1599 Carlos, que proibiu todo e qualquer tipo de evento, desde baile até evento
1600 cultural na Universidade. E quando colocamos isso para o Conselho Gestor do
1601 *Campus* para que essa medida fosse derrubada, o Conselho Gestor criou uma
1602 comissão para estudar sua defesa e a Universidade, em paralelo, acabou
1603 tomando uma defesa própria, culpando os estudantes pelo problema da liminar
1604 e tirando seu corpo fora. Assim, fica claro que existe um descompasso. A
1605 participação paritária, coisa que reivindicamos em São Carlos, é fundamental -
1606 e o Professor Zago teve a oportunidade de ouvir isso dos estudantes do
1607 *Campus* quando esteve naquele encontro no início do ano, nas comissões de
1608 toda a Universidade. Isso se verifica não somente em um curso específico, mas
1609 também, no problema que ocorreu na EACH, que é fruto disso; no problema da
1610 própria crise política, que foi tão comentada no processo eleitoral para Reitor e
1611 nesse início de gestão, na crise política que a Universidade se encontra, que é
1612 uma crise estrutural e envolve todos os membros da Universidade na sua
1613 gestão. Acredito que deva seguir no caminho que está sendo indicado, da
1614 descentralização das discussões e deliberações, mas acredito, também, que a
1615 Universidade tem que ter fóruns legítimos e se pautar por eles, porque hoje
1616 existe uma série de iniciativas que, a princípio, não condeno, por sua proposta,
1617 mas que em sua prática, são excludentes. No *Campus* de São Carlos existe
1618 uma iniciativa, por exemplo, do Presidente da Comissão de Graduação de se
1619 reunir para trabalhar diretrizes que sejam mais unificadas, então a Física
1620 discute Física com todas as unidades que recebem esse curso. Acho isso
1621 louvável, mas inclui, também, não ser um fórum legítimo, porque não há
1622 regulação para isso; inclui os representantes discentes, mas não consegue
1623 envolver os servidores técnicos e administrativos. Foi citado, aqui, por algum
1624 conselheiro, sobre o diretor da Unidade indicar os presidentes das comissões,
1625 acho que isso é um retrocesso para a Universidade e temos que avançar no
1626 sentido da comunidade eleger os presidentes das comissões que trabalham
1627 para ela.” **Cons. Ildo Luis Sauer:** “Agradeço ao Magnífico Reitor e ao Senhor
1628 Secretário Geral pela iniciativa de ter convidado os demais diretores dos
1629 Museus e dos Institutos Especializados, que estão muito bem acomodados
1630 aqui. Gostaria muito que essa iniciativa fosse mantida até o final do processo,
1631 pois entendo que a participação desses colegas dirigentes, tanto dos Institutos
1632 Especializados quanto dos Museus, tem um papel relevante na condução de

1633 muitos assuntos especializados, como diz o nome, e específicos da
1634 Universidade. Todos nós temos cursos de pós-graduação e participamos de
1635 disciplinas de graduação, apoiando como optativas; temos as pesquisas e
1636 temos, também, trabalhos diferenciados em cultura e extensão, como são os
1637 Museus e o Instituto de Estudos Avançados, por exemplo, que tem um papel
1638 extraordinário. De uma certa forma, são esses Institutos Especializados e os
1639 Museus que tornam esta Universidade específica e diferente de muitas outras
1640 que existem. Nesse sentido, venho reforçar o que o Professor Carlos Martins já
1641 fez e que é nossa antiga reivindicação. Por enquanto fiquemos aqui
1642 acomodados desse jeito, mas que tenhamos, depois das reformas, assentos
1643 condizentes com o papel que temos obrigação de cumprir e estamos, com
1644 esforço, buscando cumprir dentro da Universidade. De maneira que os
1645 Institutos Especializados e os Museus, como está proposto em várias
1646 iniciativas, tenham assentos definitivos no Conselho Universitário, com seu
1647 diretor e, dependendo da proporcionalidade que for acordada no processo
1648 decisório, se amplie para o representante do Conselho Deliberativo. Outro
1649 ponto que não estava muito bem explicitado na proposta, mas que o Professor
1650 Carlos já fez o devido adendo, é que da mesma forma que participamos nos
1651 Conselhos de Pós-Graduação, de Graduação, de Cultura e Extensão e no de
1652 Pesquisa, também tenhamos assento nesse Conselho, porque vai facilitar a
1653 comunicação e o procedimento de cumprir o nosso papel. Volto a agradecer a
1654 iniciativa de nos trazer como convidados, por enquanto. Que esses debates em
1655 torno da reforma da estrutura da governança da USP avance com a celeridade
1656 possível e, também, acho que não podemos ficar aqui por muitos meses,
1657 depois de termos passado pelo sacrifício de maio até outubro. Fiquemos o
1658 tempo necessário e que seja o quão breve possível, para debater essa
1659 questão.” **Cons. José Tavares Correia de Lira**: “Queria saudar a CAECO, na
1660 pessoa de seu Presidente, Prof. Carlos Martins, pelo trabalho de
1661 sistematização, que é um trabalho extremamente difícil. Examinando a síntese
1662 apresentada, sinto, como representante da FAU e representante atuante do
1663 processo de discussão dessa agenda de reforma do Estatuto, perfeitamente
1664 explicitado. São os temas mais quentes até este momento, o tom das falas aqui
1665 e ali mostram um tom mais agressivo ou defensivo. São os temas mais
1666 candentes ou, pelo menos, aquecem a discussão política quando são tratados

1667 nesta Reitoria. Ao repensar a estrutura de poder dentro da Universidade é
1668 natural que essa temperatura mais aquecida venha à tona. No que diz respeito
1669 especificamente aos colegiados, que estão na base do DNA da Universidade,
1670 quando ela surge, com a incorporação de professores e estudantes dedicados
1671 com um ofício específico, que é o livro, naturalmente, vai levantar algumas
1672 questões como estas; evidentemente, a Universidade mudou muito desde seu
1673 surgimento, pois ela é muito mais complexa. A universidade moderna é muito
1674 mais diversa e burocrática e reformulou completamente o sistema de gestão, e
1675 é com ele que estamos nos havendo neste momento. De qualquer modo, é
1676 importante salientar que essas transformações que a Universidade passará e
1677 passou, desde sua criação, como uma universidade muito pequena, ainda que
1678 pioneira no sentido republicano de difusão da ciência e da educação pública
1679 superior, de inclusão, inclusive, de setores sociais até então excluídos da
1680 formação superior, como as mulheres e os descendentes de imigrantes. É
1681 importante salientar o papel dessa Universidade na inclusão de filhos de
1682 imigrantes nas carreiras docentes, coisa que as escolas autônomas, até 1934,
1683 de fato, não respondia com grande peso, pois foi a fundação da Faculdade de
1684 Filosofia, Ciências e Letras, de fato, que democratizou o acesso a essas
1685 camadas excluídas. É importante dizer que a criação da antiga FFCL também
1686 responde pela criação de doze institutos ou unidades desta Universidade. Não
1687 é simplesmente a Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, mas o
1688 Instituto de Química, Física, Matemática. Portanto, ela mudou muito e tornou-
1689 se mais complexa e mais cosmopolita do que já era; se tornou ainda mais
1690 secular do que já era. Não é à toa que, no momento atual, esse Co, assim
1691 como toda a Universidade, com as diversas manifestações que a CAECO
1692 recebeu - que são mais de 180 páginas de manifestações das mais diversas
1693 naturezas a esse respeito - sentiram-se mobilizadas e interessadas nessa
1694 discussão e estão trazendo, para a apreciação do Conselho Universitário, as
1695 diversas propostas. Ou seja, trata-se - parece, pois esse tem sido o tom das
1696 discussões - de pensar profundamente as relações entre as unidades e os
1697 poderes centrais; as relações entre as categorias docentes e as relações entre
1698 os diversos segmentos que compõem a Universidade, para enfrentar desafios
1699 que são muito diversos e que precisam ser trabalhados com a mesma
1700 sensibilidade e inteligência que deu origem a um projeto de autonomia

1701 Universitária. Essa autonomia que parece ser, de fato, a grande conquista
1702 dessa Universidade em relação às universidades do mundo inteiro, pois
1703 garante a qualidade dessa Universidade, mais do que qualquer outra. Gostaria
1704 apenas de salientar que uma das questões que norteou nossa discussão
1705 dentro da FAU - discussões semanais, nos últimos quatro meses, em debates
1706 abertos e públicos, transmitidos pelo IPTV, com a participação de professores
1707 de outras unidades, reuniões específicas e entrevistas com professores de
1708 outras unidades - foi uma reflexão que visa aperfeiçoar esta estrutura de
1709 colegiado, reconhecida como parte fundamental de qualquer projeto de
1710 descentralização das decisões, de coerência entre gestão administrativa com
1711 os princípios e valores acadêmicos e de maior equilíbrio da representação das
1712 diversas unidades em sua complexidade e heterogeneidade e das categorias
1713 também desiguais entre si. Por outro lado, vale a pena salientar, e talvez isso
1714 seja uma questão que, na síntese do professor Carlos Martins tenha escapado,
1715 que além dessas instâncias representativas, fundamentais para o andamento
1716 cotidiano da Universidade, também; em momentos excepcionais, instâncias
1717 participativas podem vir a contribuir para a melhoria da qualidade da gestão e
1718 democracia dentro da Universidade. Portanto, alguns momentos participativos
1719 como deve acontecer, por exemplo, no bojo de um congresso Estatuinte,
1720 poderiam ser previstos dentro dessa reformulação do Estatuto.” **Cons. Sergio**
1721 **Mikio Kobayashi**: “Antes de entrar no conteúdo que tinha reservado para
1722 discutir, gostaria de fazer algumas pontuações em relação a algumas falas que
1723 me precederam, porque acho que vai acabar contribuindo bastante para o
1724 debate que estamos promovendo. Acho que é uma tarefa muito difícil, travada
1725 por nós no cotidiano, quando tentamos nos colocar no lugar do outro. Dentro
1726 disso, alguma fala que me precedeu comentou como um estudante da USP é
1727 visto. E pensei: ‘não posso deixar de ir lá e dizer como acho que sou visto’.
1728 Quando digo que sou um estudante da USP, existe uma comoção que é: ‘você
1729 estuda na USP, olha só que coisa bacana’. Ai vem aquela coisa: ‘mais um
1730 japonês que passou na USP, parabéns’. E ai me perguntam: ‘qual curso você
1731 faz’? E eu falo: ‘faço letras’. Dai tem um ‘Huummmm’ e aquela decepção que
1732 vem depois. Porque não tem só uma USP, claro. Logo falam: ‘são 900 vagas, é
1733 fácil de passar e tal’. Tudo bem, mais um japonês que passou na USP, somos
1734 todos estrangeiros aqui. A respeito da legalidade do Conselho, que foi

1735 levantada - se ele é legal ou não -, acho que ele é legal, agora, não sei se ele é
1736 legítimo. Tanto é que legitimidade é uma questão bem complexa e bem ampla,
1737 que ficaríamos até 2020 aqui discutindo isso. Uma palavra que me chamou a
1738 atenção, nesta discussão, foi 'meritocracia'. Essa palavra foi bastante
1739 recorrente nas falas de vários professores que me antecederam. Tenho certeza
1740 que todos que estamos aqui, de certa forma, dentro do nosso tempo de
1741 vivência, temos nosso mérito para estar aqui hoje. Acredito que todos vocês,
1742 professores, percorreram todo um caminho para estar aqui e isso é
1743 perfeitamente normal. Mas acho que tem uma questão, um pouco mais
1744 profunda que, em uma análise social, que é o que é essa meritocracia, tanto na
1745 sociedade, quanto na Universidade. Se vocês olharem para o seu lado, podem
1746 perceber e perguntar; quantos conselheiros negros temos nesse Conselho?
1747 Acho que olhando por cima, temos um número maior de homens que de
1748 mulheres e sabemos que a sociedade brasileira não é composta exatamente
1749 dessa forma, nesta proporção. Há uma questão mais profunda de o que é a
1750 meritocracia ou não, pensando isso na sociedade. A questão colocada vai além
1751 de o Conselho Universitário ser legal ou legítimo, porque repensar e discutir a
1752 composição do Conselho é uma forma de pensarmos e contemplarmos a
1753 pluralidade de ideias dentro da Universidade e dentro da comunidade
1754 acadêmica. Não sei quantos de vocês dão aulas ainda hoje. Acho que é
1755 importante pensarmos em algumas coisas, porque vocês ocupam um cargo de
1756 gestão. Nós, estudantes, somos representados por dez colegas da graduação
1757 e mais cinco da pós-graduação, desta forma somos quinze que representam
1758 cerca de 100 mil estudantes. Qual é a proporcionalidade disso? Não me sinto
1759 bem nessa condição, não posso dizer que eu e meus colegas representamos
1760 todas as opiniões e as diferentes questões que existem na Universidade.
1761 Penso que não chegam aqui questões que são pertinentes e que consigam, de
1762 fato, discutir a vida cotidiana dos estudantes. Em 2012, por exemplo, em uma
1763 aula que estava assistindo, o teto caiu. Não sei quantos de vocês vivem essa
1764 realidade, acho que poderíamos pensar na discussão a respeito da
1765 composição do Co, principalmente, para conseguirmos abarcar novas
1766 perspectivas que vão além dessas que estão colocadas aqui. É importante que
1767 esse debate fique como reflexão para cada um." **Cons. Osvaldo Baffa Filho:**
1768 "Analisei este capítulo da reorganização administrativa e confesso que fiquei

1769 bastante decepcionado, porque vi somente propostas que levam a uma
1770 centralização ainda maior das decisões nesta Universidade. Acho que
1771 precisamos pensar fora do quadrado. Todas as colocações que foram feitas até
1772 agora foram como mexer na congregação, como mexer no Conselho
1773 Departamental e como mexer nas comissões que existem. Não se pensou em
1774 nenhuma forma de organização e decisão que se leve à descentralização.
1775 Enquanto não pensarmos nisso, nessa Universidade, no porte que ela está,
1776 nada vai mudar. Podem colocar a quantidade de alunos e funcionário que
1777 quiserem, podem mudar as estruturas, mas se não tocarem neste ponto,
1778 vamos ficar no mesmo lugar. Hoje, a Universidade tem uma dimensão e tem
1779 vários *campi*; os *campi* têm densidades acadêmicas para que possam ter uma
1780 vida autônoma, com mais liberdade e agilidade para tomar suas decisões, isso
1781 ninguém está propondo aqui. Não sei por que o *campus* de Ribeirão Preto e de
1782 São Carlos, de Bauru e de Piracicaba e os novos também não podem ter
1783 colegiados que tomem decisões de caráter terminal, todos têm que subirem a
1784 São Paulo, onde fica o grande poder concentrado. Precisamos pensar nisso e
1785 propor estruturas que levem a uma descentralização, de forma que as decisões
1786 possam ser tomadas, mais próximas de onde elas terão seus efeitos e
1787 conhecendo a realidade onde elas vão surtir os seus efeitos. De forma que
1788 queria convidar a todos a pensar nesse tópico, pois temos algum tempo ainda.
1789 Precisamos pensar nisso, porque se não descentralizamos as decisões de
1790 forma efetiva, não vamos sair do lugar e poder acompanhar aquilo que a
1791 sociedade exige de nós.” **Cons. Jose Renato de Campos Araújo:**
1792 “Primeiramente, gostaria de agradecer pela minha eleição para a CAECO, para
1793 poder colaborar com esse processo. Discuti a composição dos colegiados em
1794 alguns lugares, pois fui convidado, como representante dos Professores
1795 Doutores, para participar de discussão na FAU e vou discutir na FFLCH
1796 também. Penso que uma mudança fundamental é a mudança da forma de
1797 composição do Co. Sem dúvida nenhuma, as categorias devem aumentar sua
1798 participação. Represento três mil colegas na Universidade e há apenas uma
1799 pessoa para representar, na realidade eu não represento ninguém. Tenho isso
1800 muito claro em minha cabeça, principalmente pela forma como é realizada a
1801 eleição nos dias de hoje. As eleições, tanto para o representante titular de
1802 Professores Associados e Doutores é muito incipiente e muito ruim, pois não

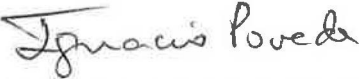
1803 tem debate, não tem nada. O Co de hoje pode ser entendido como se a USP
1804 fosse uma grande federação, os membros são as unidades dessa federação e
1805 a representação se dá pelo interesse de cada unidade. Acho que existem
1806 outros interesses na Universidade, além das unidades, que são interesses
1807 legítimos de categorias, de carreiras, de pesquisas e não sei se todas as
1808 unidades estão, de fato, representadas. Os Museus estão fazendo uma
1809 proposta de aumentar. Acho muito estranho termos discutido no Co o futuro do
1810 HRAC e do HU e as superintendências desses órgãos não estarem presentes.
1811 De forma que acho importante repensar, de uma maneira responsável, a
1812 composição do Co, porque ocorrendo essa mudança com a participação de
1813 alunos, de funcionários e das categorias, de fato, ouviremos menos o
1814 questionamento sobre a legitimidade do Conselho, porque ouvimos isso
1815 constantemente. Em todos os lugares que estive, como representante dos
1816 Professores Doutores, não se diz que o Co não é representativo, mas que o Co
1817 não tem legitimidade para representar todos os interesses da Universidade. Por
1818 fim, estou relativamente preocupado com a forma de condução das mudanças
1819 necessárias, porque acho que tem uma questão básica que tinha que ser
1820 respondida, antes de qualquer discussão, que é se vamos reformar o Estatuto
1821 ou se vamos fazer emendas no Estatuto vigente, pois são dois processos
1822 completamente diferentes. Se fosse criar um Estatuto completamente novo,
1823 começando do zero, acho que seria necessário formar comissões para discutir
1824 temas, fazendo, mais ou menos, de modo similar ao processo constituinte de
1825 1987, onde se discutia a formação da Constituição por áreas temáticas. Se
1826 formos fazer emendas ao estatuto de hoje, é um outro processo. Sugiro que
1827 isso seja encaminhado rapidamente para que decidamos sobre qual maneira
1828 faremos, porque a discussão é muito rica, todos os colegas trazem
1829 contribuições validas, é uma aflição de minha pessoa, mas não estou vendo o
1830 fim do túnel.” **M. Reitor:** “Tivemos 27 falas, contando uma após outra e
1831 excluindo a intervenção do Reitor. Foram duas horas e meia contínuas de
1832 palavras dos membros do Co, avançamos bastante do meu ponto de vista.
1833 Conselheiro José Renato, a angustia é natural e é de todos, mas tenho certeza
1834 que encontraremos o fim do túnel. Esta é apenas a segunda reunião em que
1835 essas ideias foram agitadas e diria que foi muito mais objetiva do que a
1836 primeira, em termo dos tratamentos dos tópicos específicos; embora concorde

1837 que agitaram muitas outras questões que não dizem respeito, diretamente, à
1838 reforma do Estatuto. Mas, de certa forma, isto vai compondo um quadro que
1839 nos permitirá, quem sabe depois da terceira reunião, que tenhamos alguns
1840 tópicos focais que possamos limitar a uma reforma do Estatuto ou se a
1841 situação é tal que exige reescrever o Estatuto da USP que, realmente, seria
1842 uma empreitada muito mais complicada. Mas não me preocuparia demais com
1843 isso neste momento, vamos deixar ocorrer a terceira reunião, que também
1844 tratará de temas importantes e, a partir daí, podemos, em conjunto, definir para
1845 que caminho iremos. Hoje ouvimos questões relativas a três tópicos, entre eles
1846 a questão da ética. Diria que há um acordo geral aqui sobre a importância da
1847 ética e não sugeriram, a meu ver, questões específicas sobre de que forma o
1848 Estatuto pode ser revisto neste aspecto. O que sugeriram foram manifestações
1849 sobre situações específicas, foram contribuições importantes que precisam ser
1850 tratadas pela Reitoria ou por diferentes órgãos. Isto deve ser encaminhado.
1851 Falamos, por exemplo, da revisão do Código de Ética e a eventual revisão
1852 poderá ser encaminhada. Falamos, também, da revisão do Regime Disciplinar,
1853 que a meu ver, dever aguardar as reformas estatutárias para, depois,
1854 passarmos para essas outras questões. Com relação ao segundo tópico, que é
1855 a composição dos colegiados, houve algumas falas importantes que dizem
1856 respeito, por exemplo, à questão da descentralização. Penso que isso é central
1857 e voltará, como foi dito. E não é, como o Conselheiro Baffa colocou, uma
1858 questão de interior versus São Paulo, ou seja, coisas que ocorrem no interior
1859 precisam vir para São Paulo para referendar. O que ocorre ali no ICB precisa
1860 vir para um órgão central para referendar, isso é a mesma coisa. Isso quer
1861 dizer que o que precisamos, de fato, é aumentar o poder decisório final da
1862 Unidade. Acho que isso deve ser, realmente, revisto. Já temos encaminhado
1863 decisões que dizem respeito a isso na questão da gestão da graduação e acho
1864 que outras coisas podem melhorar essa questão da descentralização, esse é
1865 um tópico importante para revermos. Outra coisa que foi levantada pelo
1866 Conselheiro Guilherme, da Engenharia de São Carlos, foi a questão dos fóruns.
1867 Penso que eles são importantes, porque ajudam a organizar determinadas
1868 áreas, independentemente daquela organização que a própria Universidade
1869 oferece, institucionalizar isso e incluir representantes é um passo positivo;
1870 talvez, em alguns casos, tenhamos que pensar em fóruns que tratem de

1871 aspectos não regionais, como por exemplo, o fórum de graduação de São
1872 Carlos, mas que tratem dos cursos de áreas de saúde, por exemplo, e que
1873 tenham algum tipo de ação conjunta que possa ser organizada por esses
1874 fóruns. Em essência, a questão da composição dos colegiados colocam
1875 claramente em conflito duas opiniões sobre as quais teremos, futuramente, que
1876 nos manifestar: uma quer ver a composição focada na questão da experiência
1877 e da excelência acadêmica e a outra quer ver a questão da igualdade de
1878 deveres e direitos daqueles que participam da Universidade, com o argumento
1879 adicional de que isto pode trazer uma maior amplitude de ideias. É este o
1880 conflito central sobre o qual teremos de decidir. O que vem a seguir são
1881 variantes; são tanto ou tantos, dessa forma ou daquela. Da mesma forma,
1882 quando se tratou da eleição, temos essencialmente dois polos que constituem
1883 os dois focos que aqui foram defendidos: 1) uma eleição que seja uma base
1884 ampla de eleitores, todos ou a maioria ou partes; 2) uma eleição com base em
1885 colegiados, em que estão representados nestes colegiados os docentes, os
1886 servidores e os estudantes, que têm mais responsabilidade com a vida diária
1887 da Universidade. É essencialmente sobre isso que teremos que nos manifestar
1888 no momento em que tivermos que votar. Foi isso que ficou claro aqui.” **Cons.**
1889 **Carlos Alberto Ferreira Martins:** “Gostaria de comentar, excepcionalmente,
1890 duas coisas, até porque, com relação à dimensão substantiva, o Magnífico
1891 Reitor já expressou sua visão do que conversamos aqui. Gostaria de terminar
1892 pelo ponto que começamos: as dificuldades de uma sistematização. Parece-me
1893 que o fundamental é aprender com os erros, isso é algo que os estudantes,
1894 servidores e docentes têm obrigação de fazer, aliás, vamos lembrar o Mestre
1895 Guimarães Rosa: ‘o docente não é aquele que sempre ensina, mas é aquele
1896 que ainda consegue aprender’. Temos a obrigação de aprender com nossos
1897 erros. Vou começar por dizer que a sistematização não deve, a meu juízo, na
1898 continuação da nossa discussão, ser algo que substitua a íntegra das
1899 propostas encaminhadas. Certamente, haverá um pouco mais de dificuldades
1900 logísticas, mas vou encaminhar a proposta de que a sistematização seja, na
1901 verdade, uma orientação da forma de discussão, mais do que uma síntese das
1902 propostas. Que se faça referência ao proponente, seja unidade, seja entidade,
1903 seja quem for, que haja na síntese uma referência clara e que o conjunto das
1904 propostas encaminhadas seja distribuído junto com a pauta. Hoje já fazemos

1905 essa distribuição da pauta de maneira eletrônica, portanto, o volume adicional
1906 de árvores que teremos que cortar ficará pouco condicionado a iniciativa e,
1907 também, muitos de nós já trazemos para o Conselho Universitário a pauta em
1908 suporte eletrônico, de forma a facilitar essa possibilidade de transitar o item que
1909 está, necessariamente, muito resumido e a riqueza e complexidade da
1910 proposta inicial, sem prejuízo da manutenção no *site*. Acho que será
1911 importante, também, pensarmos um pouco, com o auxílio da Secretaria Geral,
1912 em um sistema de confirmação e validação do envio, pois tivemos dificuldades
1913 de saber quais unidades mandaram ou não e algumas coisas se perdem pelo
1914 caminho. Acho que temos que trabalhar um pouco mais nesta questão e
1915 comprometemo-nos, enquanto CAECO, em trabalhar neste sentido que permite
1916 uma condição fundamental do debate democrático. O debate democrático não
1917 é apenas definido quantitativamente, mas é o debate no qual temos acesso às
1918 informações. Não posso deixar, em todo caso, de registrar que diferentemente
1919 do que aconteceu no item 'ética', no qual tivemos uma discussão certamente
1920 mais rica e mais complexa do que aquilo que aparecia no documento inicial de
1921 sistematização, a discussão dos dois outros itens foi o inverso. Acho que é
1922 muito importante que reflitamos sobre isso. Aquilo que está recolhido na própria
1923 sistematização com toda sua precariedade, sobretudo aquilo que está recolhido
1924 no conjunto das propostas, é muito amplo, muito mais complexo, muito mais
1925 diverso e muito mais rico do que o que acabou se expressando na discussão.
1926 O que serve, a meu juízo, apenas de apelo, no sentido de que nas próximas
1927 reuniões tentemos dar espaço, na nossa discussão, para a diversidade, que
1928 volto a insistir, é muito grande, está registrada aqui e não conseguiu se
1929 expressar no Conselho Universitário, talvez porque ainda não tenhamos dado a
1930 devida atenção à observação inicial do Magnífico Reitor. A repetição de um
1931 mesmo argumento não tem demonstrado, historicamente, neste âmbito, ser um
1932 instrumento extremamente eficaz. Assim como, definitivamente, parece-me
1933 forçoso indicar que o questionamento permanente da legitimidade do âmbito
1934 onde estamos tentando levar adiante uma discussão, no sentido da
1935 democratização, também não tem sido eficaz. Não vou discutir sequer o mérito
1936 do posicionamento, estou discutindo sua eficácia. Acho que isso tem que ser
1937 levado em consideração. Não creio que ganhemos qualquer coisa perguntando
1938 aqui quem dá aula, porque isso pode gerar vontade de perguntar quem aqui

1939 assiste aula e, assim, sucessivamente. Não vamos, certamente, avançar nesta
1940 perspectiva. Se estamos aqui juntos é porque, em princípio, reconhecemos
1941 uma legitimidade, podemos questionar as formas de indicações, etc., mas
1942 reconhecemos uma legitimidade. Vamos utilizar essa legitimidade
1943 autoreconhecida para poder avançar e não para ficar no mesmo ponto. Por
1944 último, quero lembrar que houve uma decisão desse Conselho Universitário -
1945 não foi do Reitor e nem da CAECO - que deliberou por um formato de
1946 encaminhamento que passava, primeiro, pelas discussões substantivas e,
1947 segundo, pela decisão de qual seria a forma de deliberação. Deliberação por
1948 Estatuinte: que formato de Estatuinte, proporcional ou não proporcional; eleita
1949 como exclusiva, soberana ou se composta pelo Conselho Universitário; na
1950 regra atual ou outro Colegiado. Tomamos uma decisão consciente e continuo
1951 convencido dela, que foi ao contrário da lógica formal, de que esta deveria ser
1952 a primeira discussão, o risco que travássemos exatamente nesta e
1953 deixássemos de levantar e auscultar o conjunto da Universidade. Se não
1954 estamos conseguindo fazer, vamos tentar fazer de forma ainda mais ampla, no
1955 sentido de levantar a enorme diversidade e riqueza das questões substantivas
1956 que temos que enfrentar e que teremos que enfrentar qualquer que seja o
1957 processo de deliberação. Houve uma avaliação para bem e para mau, mas ela
1958 foi tomada por esse Conselho Universitário, e é neste sentido que nos cabe,
1959 enquanto CAECO, dar continuidade ao encaminhamento. Teremos ainda uma
1960 discussão temática, onde o tema da descentralização estará colocado, onde a
1961 discussão sobre a forma de deliberação também será levantada e onde se
1962 definirá esse calendário. Estou absolutamente convencido de que o conjunto
1963 de propostas encaminhadas mostra que há um desejo da Universidade de
1964 aprimorar seus procedimentos, sua gestão e sua governança. É
1965 responsabilidade de todos nós fazermos, enquanto Co, que este desejo, que é
1966 absolutamente múltiplo e dísparo, não resulte em uma soma vetorial zero. Este
1967 é o nosso desafio, evitar uma soma vetorial zero, buscar os nossos pontos de
1968 confluência, não os nossos pontos de divergência - esses já mapeamos muito
1969 bem e sabemos exatamente quais são. Vamos tentar investir na ideia de
1970 processo, na ideia que é preciso avançar nisso. Isso significa buscar
1971 confluência e buscar avanço. Certamente, o Estatuto que resultará desse
1972 processo não me deixará totalmente feliz, provavelmente, não deixará nenhum

1973 de nós totalmente feliz, mas se puder deixar alguns dentro da Universidade e,
1974 sobretudo, a Sociedade que nos mantém aqui, será um grande avanço.” Nada
1975 mais havendo a tratar, o Senhor Presidente dá por encerrada a reunião, às
1976 18h30. Do que, para constar, eu, , Prof. Dr. Ignacio
1977 Maria Poveda Velasco, Secretário Geral, lavrei e solicitei que fosse digitada
1978 esta Ata, que será examinada pelos Senhores Conselheiros presentes à
1979 sessão em que for discutida e aprovada, e por mim assinada. São Paulo, 11 de
1980 novembro de 2014.